



Gisele Braz de Souza

**O período 1946-1964: um debate sobre o
conceito de populismo na primeira
democracia brasileira (1946-1964)**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação
em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Renato de Andrade Lessa

Rio de Janeiro,
abril de 2022



Gisele Braz de Souza

O período 1946-1964: um debate sobre o conceito de populismo na primeira democracia brasileira (1946-1964)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Renato de Andrade Lessa

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Adriano Pilatti

Departamento de Direito – PUC-Rio

Profa. Mayra Goulart da Silva

Departamento de Ciência Política - UFRRJ

Rio de Janeiro, 07 de abril de 2022

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Gisele Braz de Souza

Graduou-se em Direito na Faculdade Metodista Granbery em 2015. Pós-graduou-se em Direito para a Carreira da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro na EMERJ (Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro) em 2018. É Assistente de Juiz Substituto do TJPR.

Ficha Catalográfica

Souza, Gisele Braz de

O período 1946-1964 : um debate sobre o conceito de populismo na primeira democracia brasileira (1946-1964) / Gisele Braz de Souza ; orientador: Renato de Andrade Lessa. – 2022.

95 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2022.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Quarta República brasileira. 3. Democracia. 4. Populismo. 5. Octavio Ianni. 6. Francisco Weffort. I. Lessa, Renato de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Para os meus pais, Cleunice e Rogério,
pois sem vocês eu nada seria.

Agradecimentos

Ao meu orientador Dr. Renato de Andrade Lessa, por suas importantes contribuições ao desenvolvimento do trabalho; por ter sido luz nos momentos mais difíceis; e por ser razão de intensa motivação, paciência e inspiração. Foi uma honra ter o senhor como orientador.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, por todas as excelentes aulas ministradas.

A PUC-Rio e a Doctum-Juiz de Fora, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

A Deus, pelas inúmeras bênçãos, por me dar força e coragem. “Sois meu refúgio e minha cidadela, meu Deus, em quem eu confio” (Salmo 90).

Aos meus pais, Cleunice e Rogério, por me incentivarem a crescer sempre mais intelectualmente; por não medirem esforços para realizarem os meus sonhos; pelo suporte, pela atenção e pelo carinho de todas as horas.

Ao meu noivo Adriano, pelo apoio, carinho e por sonhar junto comigo. Com você eu aprendi o que é amor.

A minha afilhada Alícia. Ser sua madrinha é um dos melhores presentes que a vida já me deu. Obrigada por compreender as minhas inúmeras ausências.

Aos meus avós, Maria do Carmo e Sebastião, por sempre orarem por mim. À memória dos meus avós Adélia, Eurico, Verônica e Barbosa - saudades eternas.

A Marry, por me acompanhar nas minhas jornadas e por me instigar a dar sempre o meu melhor.

A Rozimar, por todo carinho, pela dedicação e sabedoria. Seus ensinamentos me auxiliaram na confecção deste trabalho.

Aos grandes amigos Rafael e Bianca, pela amizade rara e preciosa. Vocês são amigos para todas as horas.

Ao Dr. Aroldo, por me conceder a oportunidade de trabalhar com um chefe atencioso e um profissional extraordinário.

A Júlia Caroline, mais que uma colega de trabalho, que se tornou uma amiga. Obrigada pelos auxílios e por tornar os meus dias mais leves.

Ao coordenador Deo Campos e a Danielle Delgado, pelos inúmeros auxílios nos últimos dois anos, sempre com a maior gentileza.

Aos colegas de turma e futuros mestres, sobretudo, Mariana, Luana, Caio e Wesley, que me proporcionaram dois maravilhosos anos de estudos.

Resumo

Souza, Gisele Braz de; Lessa, Renato de Andrade (Orientador). **O período 1946-1964: um debate sobre o conceito de populismo na primeira democracia brasileira (1946-1964)**. Rio de Janeiro, 2022. 95 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O período brasileiro 1946-1964 foi tradicionalmente denominado pela literatura brasileira como um período populista, com versões que desqualificam a primeira experiência democrática do país e que foram fortemente internalizadas na sociedade. Nesta pesquisa, o objetivo foi analisar a hipótese formulada no sentido de que a crítica da ideia de populismo é uma condição para se pensar a primeira experiência democrática brasileira, apresentando uma reflexão crítica da literatura sobre o que se chamou de populismo no Brasil. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, por meio da revisão de literatura. Realizou-se um mapeamento da trajetória social e acadêmica do conceito de populismo, apresentando as formulações de alguns historiadores que participaram da problematização do uso desse conceito nesse período histórico do país. O resultado encontrado foi que o paradigma do populismo está empenhado em uma literatura negativa do período, pois, abandonando-se a chave negativa do populismo, foram encontrados elementos caracterizadores de um processo democrático, como exemplo, sujeitos sociais que foram capazes de tomar iniciativas próprias; houve criação de partidos com ampla consistência social, além da incorporação inédita da população no processo político. Concluiu-se que no período analisado ocorreu a vigência de um processo democrático com os seus limites e contradições. A democracia estava sendo construída, mas foi, prematuramente, interrompida pelo golpe militar.

Palavras-chave

Quarta República brasileira; Democracia; Populismo; Octavio Ianni; Francisco Weffort.

Abstract

Souza, Gisele Braz de; Lessa, Renato de Andrade (Advisor). **The period 1946-1964: a debate on the concept of populism in the first Brazilian democracy (1946-1964)**. Rio de Janeiro, 2022. 95 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Brazilian period 1946-1964 was traditionally called by Brazilian literature as a populist period, with versions that discredit the country's first democratic experience and that were strongly internalized in society. In this research, the objective was to analyze the hypothesis formulated in the sense that the critique of the idea of populism is a condition for thinking about the first Brazilian democratic experience, presenting a critical reflection of the literature on what was called populism in Brazil. The methodology adopted was bibliographic research, through literature review. A mapping of the social and academic trajectory of the concept of populism was carried out, presenting the formulations of some historians who participated in the problematization of the use of this concept in this historical period of the country. The result found was that the paradigm of populism is committed to a negative literature of the period, because, abandoning the negative key of populism, characterizing elements of a democratic process were found, as an example, social subjects who were able to take their own initiatives; there was the creation of parties with broad social consistency, in addition to the unprecedented incorporation of the population into the political process. It was concluded that in the analyzed period there was a democratic process with its limits and contradictions. Democracy was being built, but it was prematurely interrupted by the military coup.

Keywords

Fourth Brazilian Republic; Democracy; Populism; Octavio Ianni; Francisco Weffort.

Sumário

1 Introdução	14
2 Formulações acerca do conceito de populismo: bases para uma reflexão	17
2.1 Gino Germani	18
2.2 Torcuato di Tella	21
2.3 Desdobramentos dos estudos de Germani e di Tella: algumas observações	25
2.4 O uso do conceito de populismo no Brasil	28
2.5 O conceito de populismo de Ernesto Laclau	31
3 Ianni e Weffort: interpretações de um período "populista"	36
3.1 Octavio Ianni e a sociedade de massas	37
3.2 Francisco Weffort: massas como parceiro-fantasma no jogo político	44
3.3 Quadro comparativo: um balanço entre as formulações	51
3.4 Ianni e Weffort: estabelecendo uma problematização	55
4 Novos olhares: reconstituindo o período de 1946-1964	59
4.1 Principais expoentes na problematização do que se chamou de 'populismo na política brasileira'	59

4.1.1 Sob o foco dos estudos de Jorge Ferreira	60
4.1.2 Sob a lente dos estudos de Angela de Castro Gomes	64
4.2 Análise de temas fundamentais para a compreensão do período	68
4.2.1 O movimento queremista	69
4.2.2 Trabalhadores/greves	73
4.2.3 O sistema partidário-eleitoral	82
5 Conclusão	88
6 Referências bibliográficas	93

Lista de figuras

Figura 1- Movimento queremista. Legenda: "1950 - Multidão com faixas e cartazes no largo da Carioca, no Rio de Janeiro (RJ), durante comício Queremista".....	72
Figura 2 - Greve dos 300 mil.....	75
Figura 3 - Greve dos 400 mil. Legenda: "Grevistas fazem passeata na avenida Ipiranga, região central de São Paulo, em outubro de 1957".....	78
Figura 4 - Número de eleitores no Brasil - 1933 -1962.....	85

Lista de Tabela

Tabela 1 - Número de votantes e seu crescimento, Brasil, 1945-62.....84

Lista de abreviaturas e siglas

CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FTB	Frente dos Trabalhadores Brasileiros
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
LAHPS	Laboratório de História Política e Social
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
PAN	Partido Agrário Nacional
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrático Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	Partido Republicano Trabalhista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
UDN	União Democrática Nacional
USP	Universidade de São Paulo

*O regime foi democrático, dispensando qualquer adjetivo
desmerecedor e pouco lisonjeiro, como populista.*

Jorge Ferreira, *A democracia no Brasil* (1945-1964)

Introdução

O populismo é um conceito utilizado para explicar realidades históricas e geográficas distintas tanto na América Latina, quanto na Europa e nos Estados Unidos¹. Constata-se, a partir da segunda metade do século passado, o surgimento de vários autores de diferentes nacionalidades empenhados em estudar esse fenômeno.

Embora cada local apresente especificidades históricas e sociais, percebe-se que a literatura sobre o tema determina paradigmas, visando unificar esse conceito, o que possibilita encontrar uma extensa bibliografia internacional e nacional sobre o assunto², evidenciando os seguintes elementos centrais: relação direta entre o líder carismático e a massa, sem intermediação institucional; predominância da manipulação e da demagogia; ignorância popular, bem como passividade das classes trabalhadoras.

Ademais, em termos de classificação, o populismo pode ser abordado analiticamente de três formas distintas: como fenômeno de origem social, como forma de governo, ou como ideologia específica (Cervi, 2001). Considerando-se a amplitude e complexidade do fenômeno em vários países, limitou-se o campo da pesquisa no Brasil, no período compreendido entre 1946 a 1964 – denominado pela literatura brasileira como “ciclo populista” (Souza, 1985).

Analisando-se o cenário nacional, a partir do início do século XX, encontram-se molduras positivas que o associam ao adjetivo “populista” (CERVI, 2001).

¹A título de exemplificação, os chamados populismos clássicos na América Latina: Varguismo, peronismo e Cardenismo (Funes, 2014); e os populismos estadunidense jacksoniano e russo narodnikis (Diluar, 2020).

² Neste sentido, exemplifica-se, no âmbito internacional, com os trabalhos de Gino Germani e Torcuato S. Di Tella (*in* Ianni, 1991) e, no âmbito nacional, com os trabalhos de Octavio Ianni e Francisco Weffort.

Entretanto, a partir de 1950, as primeiras formulações negativas sobre o populismo se evidenciam, tendendo a uma visão de sentido nitidamente pejorativo, que remete aos termos direita e esquerda.

Contextualizando o recorte, encontra-se o período de 1946 a 1964 marcado por uma “democracia populista”, em que as instituições pouco representavam a sociedade; os partidos políticos não tinham relações ideológicas com os seus eleitores; as mobilizações sociais eram impedidas pelo “clientelismo”, assim como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) teriam formalizado a “tutela” do Estado sobre os trabalhadores (Ferreira, 2006). Isso sugere que o Brasil não teria experimentado um processo democrático, mas, sim, um “populismo” que resultou em “vínculos formados entre instituições frágeis, um Estado forte e uma sociedade incapaz de se manifestar” (Ferreira, 2006, p. 9).

No entanto, surge um pensamento crítico mais recente sobre o assunto, analisando-se esse mesmo período da história brasileira sob outra ótica, percebendo-se elementos caracterizadores de um processo democrático.

Desse modo, embora na literatura, tradicionalmente³, tenha sido intitulado o período de 1946 a 1964 de “populismo na política brasileira” – em que versões que desqualificam a primeira experiência democrática do país estão fortemente internalizadas na sociedade –, é possível identificar dúvidas na historiografia quanto à interpretação que foi feita do processo político nessa quadra histórica⁴.

A partir dessa constatação, estabeleceram-se os seguintes problemas de pesquisa: (a) O que é populismo e seria ele o conceito analítico apropriado para definir a experiência política brasileira dos anos 1946 a 1964? (b) O paradigma populista impede a percepção do processo democrático no Brasil no período de 1946 a 1964?

Para responder a esses questionamentos, o objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar a hipótese de que a crítica da ideia de populismo constitui uma condição para poder pensar a primeira experiência democrática brasileira. Para comprová-la, realizou-se um mapeamento da trajetória social e acadêmica do conceito de populismo, apresentando as formulações de alguns historiadores que se dedicaram

³ Neste segmento, obras como as de Octavio Ianni e Francisco Weffort.

⁴ Neste sentido, encontram-se - principalmente a partir dos anos 90 e 2000 - obras, como as de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, questionando as formulações tradicionais e ressaltando a experiência democrática do período.

aos estudos da problematização do uso desse conceito nesse período histórico do país. Portanto, adota-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, com a revisão de literatura.

Do diálogo, intensamente encadeado entre historiadores e pesquisadores, encontram-se, nas bases de estudos do populismo brasileiro, as obras de Octavio Ianni (Ianni, 1978) e de Francisco Weffort (Weffort, 1978) como referências marcantes.

Estudadas as obras maiores dos referidos autores, buscou-se apresentar uma reflexão crítica da literatura sobre o que se chamou de populismo no Brasil, realizando-se um paralelo entre as visões por eles apresentadas, além das fundamentações teóricas e outras intervenções que as respaldam. Ressalta-se, porém, que não se pretende nesta pesquisa analisar as discussões sobre o conceito de populismo propriamente.

Desse modo, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, propõe-se discorrer sobre as principais formulações sobre o populismo na América Latina, visando-se elucidar as formulações de Gino Germani e Torcuato di Tella, importantes autores do quadro de teóricos clássicos do populismo na América Latina, transitando, também, pelos desdobramentos encontrados nesse quadro teórico e o surgimento do termo no Brasil. E, nos limites deste trabalho, abordam-se, resumidamente, as formulações centrais de Ernesto Laclau.

No segundo capítulo, propõe-se apresentar os estudos de Octavio Ianni e Francisco Weffort, sobre a utilização do conceito de populismo, para denominar o período de 1946 a 1964 no Brasil. Enfatizam-se as suas obras *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1978) e *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978). Apresenta-se, também, uma análise dos estudos desses autores, realizando-se uma comparação entre o pensamento de ambos e as principais críticas às suas formulações.

No terceiro capítulo, propõe-se elaborar uma releitura da referida época procedendo-se à seleção de autores e elementos pontuais sobre este tema, objetivando, assim, desacreditar determinadas premissas do populismo na política brasileira. Ao final, a definição da conclusão.

Formulações acerca do conceito de populismo: bases para uma reflexão

As palavras "populismo" e "populista" não estavam disponíveis no vocabulário político e na linguagem cotidiana do país na época do "primeiro governo" de Vargas. Não existiam, simplesmente. Então, afinal, quem "inventou" o populismo? (Ferreira, 2001, p. 111)

Neste capítulo, discorre-se sobre as principais formulações sobre o populismo na América Latina, objeto de estudo recorrente de historiadores, filósofos e sociólogos que se propuseram analisar e explicitar como esse conjunto de práticas políticas ocorreu em diversos países, observando-se o apelo do povo, pelo povo e para o povo, via de regra em oposição ao pensamento de um grupo de 'elite'. As considerações obtidas à guisa de conclusões demarcam forte presença entre os significados e as definições de populismo, recorrentes entre os cientistas sociais e os filósofos, na política do Brasil e de outros países. Essa semelhança é percebida entre vários autores que estudaram contextos políticos diferentes.

Na sequência, propõe-se elucidar as formulações de Gino Germani e Torcuato di Tella, importantes autores do quadro de teóricos clássicos do populismo na América Latina, transitando, também, pelos desdobramentos encontrados nesse quadro teórico e o surgimento do termo no Brasil, apresentando-se a abordagem das obras de Francisco C. Weffort e Octávio Ianni no próximo capítulo. Propõe-se, ainda, apresentar as formulações centrais de Ernesto Laclau, a fim de mostrar ao leitor um enfoque além da ótica pejorativa tradicionalmente adotada pela literatura.

Importante considerar que, na América Latina, entre os anos 50 e 70, pesquisadores das ciências sociais e da sociologia se debruçaram nos estudos dos problemas ocasionados pela rápida expansão do desenvolvimento nessa região. Atraídos pelos modelos adotados pelos movimentos das classes trabalhadoras e dos partidos e lideranças que os direcionaram, de modo bem diferentes daqueles seguidos pelos países de capitalismo avançado, os sociólogos recorreram à categoria de populismo para nomear esses modelos aparentemente distintos. Portanto, o uso do termo iniciou-se focado no “desvio”, para nomear o que parecia estar fora do caminho previsto. (Kaysel, 2012)

Em meio às várias leituras realizadas na esfera das ciências sociais latino-americanas que fornecem elementos para interpretar o populismo, aquelas guiadas pelo pensamento de Marx se destacaram. Nesse sentido, evidenciam-se as interpretações esclarecidas pelas “teorias da dependência”, voltadas aos fenômenos chamados de populistas como um modelo superestrutural de determinada fase da acumulação de capital na região. (Kaysel, 2012)

Nessas leituras, observa-se o conceito de populismo como uma "teoria" ou "chave explicativa" da política latino-americana. Além disso, observam-se obras como de Francisco Weffort e Octavio Ianni em uma moldura mais extensa, em que se inserem as interpretações funcionalistas, orientadas pela sociologia da modernização de Germani e di Tella, em que o populismo é considerado uma fase do desenvolvimento histórico-estrutural da América Latina. (Kaysel, 2012)

Nesse contexto, passa-se a analisar as interpretações de Gino Germani sobre o período.

2.1

Gino Germani

A teoria da modernização constitui uma das primeiras possibilidades de refinamento das análises sobre o populismo que mais influenciaram os estudos sobre o tema.

Na visão da sociologia da modernização, o populismo se caracterizou como período de mudança de uma sociedade tradicional (predominantemente do campo/agrária) para a moderna (predominantemente da cidade/industrial).

Ademais, quanto à esfera política, tendo em vista que a aspiração era que a ideologia de classes substituísse a populista, quando o desenvolvimento capitalista estivesse completo nas sociedades latino-americanas, diante da não concretização de uma organização e ideologia independentes, utilizou-se do populismo como uma fase necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática. (Capelato, 2001)

Gino Germani, autor de destaque no campo das formulações acerca da teoria da modernização, sugere partir-se de uma sequência de seis etapas⁵ para se descrever a evolução política da América Latina, demarcadas por crescentes níveis de participação:

- I Guerras de libertação e proclamação formal de independência.
- II Guerras civis, caudilhismo, anarquia.
- III Autocracias unificadoras.
- IV Democracias representativas de participação "limitada".
- V Democracias representativas com "ampla" participação.
- VI democracias representativas de participação "total".
- VIa (Como uma alternativa possível destas três formas de democracias): revoluções "nacional-populares". (Germani, 1973, p. 15) [tradução nossa]

Tais etapas, a partir do período marcado como o das “autocracias unificadoras”, preveem um procedimento de participação política ampla e ascendente, que se desdobraria até o limite dado pelas “democracias representativas com ampla participação”. Esse esquema de participação se associaria ao processo de transição de padrões característicos de uma sociedade “tradicional” para padrões específicos de uma sociedade “moderna”, passando por esse processo todas as sociedades latino-americanas. (Debert, 2008)

Partindo, pois, da existência desse contínuo, a teoria admite que as descontinuidades constituem “desvios” em um mesmo padrão estrutural, os quais podem ser explicados conforme suas funções e disfunções, quanto aos elementos

⁵ Texto original:

"I Guerras de liberación y proclamación formal de la independencia.

II Guerras civiles, caudillismo, anarquía.

III Autocracias unificantes.

IV Democracias representativas de participación "limitada".

V Democracias representativas de participación "extensa".

VI Democracias representativas de participación "total".

VIa (Como una alternativa posible de estas tres formas de democracia): Revoluciones "nacionales-populares" (Germani, 1973, p. 15).

invariantes desse padrão. Os processos políticos “desviantes” afastam-se da democracia representativa ocidental, como as revoluções nacionais populares e os golpes militares, recorrentes na América Latina. (Debert, 2008)

O desenvolvimento da participação democrática dependeria de uma certa correspondência entre “mobilização” e “integração”, associados à seqüência e rapidez de processos estruturais como urbanização e industrialização. O conceito de mobilização tem por referência o processo psicossociológico por meio do qual grupos que viviam na “passividade” correspondente ao padrão normativo tradicional adquirem certa capacidade de comportamento deliberativo e procuram exercer esta capacidade de uma ou de outra forma. Esses grupos, entretanto, não teriam atingido, na América Latina, um nível de “integração”, ou seja, sua participação não teria sido levada a cabo dentro dos canais institucionalizados de participação que a estrutura social é capaz de oferecer-lhes. (Debert, 2008, p. 17)

Para Gino Germani, a América Latina sofreu um processo rápido de urbanização e industrialização sem seguir os modelos clássicos da democracia liberal europeia. Passou-se da sociedade tradicional para a moderna, movimentando as “massas populares”. (Ferreira, 2001)

Nas palavras de Germani, “A alteração das relações entre a elite governante e massas: o aparecimento ou, se você preferir, a acentuação de ideologias e técnicas de manipulação, técnicas aplicáveis a populações em “mobilização” acelerada”. (Germani, 1973, p. 27) [tradução nossa]⁶

Diante das pressões das massas por participação política e social, desrespeitando os canais institucionais clássicos, os problemas foram resolvidos com golpes militares ou com “revoluções nacionais-populares”, sendo estas últimas chamadas de populismo. (Ferreira, 2001)

No percurso dessa trajetória apareceriam os movimentos populistas, que se caracterizariam por uma afinidade direta entre o líder e as massas, formadas, sobretudo, por grupos recém-chegados do campo ao ambiente urbano. Esses movimentos ajustariam, no âmbito da política, os aspectos diferenciados, visto que conceberiam, concomitantemente, o retrocesso na implantação integral de uma democracia representativa e a incorporação política de camadas marginais. (Botelho, 2013)

⁶ Texto original: “La alteración de las relaciones entre élite dirigente y masas: la aparición o, si se quiere, la acentuación de ideologías y técnicas de manipulación, técnicas aplicables a poblaciones en vías de “movilización” acelerada”. (Germani, 1973, p. 27)

Gino Germani pondera que os líderes populistas desempenham a árdua tarefa de agrupar a política e a sociedade indivíduos que ficavam à margem. Isso porque considera que tal tarefa gera um contingente de mobilização maior do que a capacidade de absorção dos canais institucionais de participação existentes, haja vista que alguns países não alcançaram a condição de democracias representativas com ampla participação. (Botelho, 2013)

Germani aponta como característica dos movimentos populistas o fato que, instalando-se no poder, eles desobedeceriam aos valores essenciais da democracia representativa e seguiriam um modelo de desenvolvimento com base no planejamento estatal e na nacionalização de atividades econômicas e recursos naturais. Outro atributo esperado é que, nesses movimentos, as linhas de classe fossem dissolvidas, uma vez que as massas, consideradas marginais ou disponíveis, não dariam conta de se articularem de forma independente, vinculando-se, portanto, ao líder, abraçando seus traços carismáticos e demagógicos. (Botelho, 2013)

Nos estudos de Gino Germani, observa-se, portanto, a formulação de um esquema em que se concebe a mudança do campo para a cidade como um processo de influência psicossociológicos no comportamento das classes populares. Em um sistema social marcado por disfunções decorrentes das transformações campo/cidade, "o conflito de classes aparece apenas como consequência de disfunções e não como a chave para explicação dos processos de mudanças sociais e políticas". (Debert, 2008, p. 18-19)

Apesar de seu destaque por recusar formular o populismo meramente na análise de demagogia e manipulação de líderes, Germani deixou uma lacuna em seus estudos, ao se concentrar apenas no comportamento das classes populares para explicar o fenômeno do populismo, deixando de fora a análise de outras classes ou grupos sociais. (Debert, 2008)

2.2

Torcuato di Tella

Torcuato di Tella, em sua análise do populismo na América Latina, formula uma combinação entre as dimensões estruturais e os efeitos psicossociais, avaliando a magnitude e agilidade da urbanização e industrialização de algumas áreas.

Assim como Gino Germani, di Tella estuda as particularidades do desenvolvimento latino-americano em comparação com os modelos clássicos de desenvolvimento capitalista, a fim de esclarecer o motivo do surgimento de regimes populistas no lugar de democracias liberais.

Enfatizando-se o que denominou de "efeito deslumbramento"⁷, di Tella constata que as massas urbanas, recém-chegadas do campo, carregavam altas expectativas social e econômica, sobretudo, com as influências da escolarização e dos meios de comunicação. (Ianni, 1991)

Pautando-se nos moldes consumistas do primeiro mundo, os meios de comunicação de massa incitam as pretensões de seu público, particularmente, nos grandes centros urbanos. Contudo, o crescimento econômico continua limitado, por conta de situações como intenso crescimento demográfico, incapacidade organizacional e vinculação aos mercados e fundos estrangeiros, provocando oposições entre aspirações e condições materiais de realizá-las. (Debert, 2008)

Desse modo, o sistema político é pressionado com o abismo existente entre as aspirações da população e as possibilidades de satisfazê-las. Consequentemente, frustradas por não terem as suas aspirações satisfeitas, as "massas" se juntaram às camadas médias - formadas por aristocratas empobrecidos, comerciantes e novos-ricos, relatados por di Tella como "incongruentes de status". (di Tella, 1973)

Em razão do distanciamento entre condição econômica e posição social, os "incongruentes" ou contraditórios acumulariam rancores e buscariam alterar as situações, concebendo uma intimidação à estabilidade da ordem social, criando conflitos políticos. (Debert, 2008)

di Tella explica que esses "incongruentes" e as massas voltadas a tal disponibilidade muito se assemelham, embora se encontrem em condições sociais

⁷ di Tella "rebatizou" de "efeito deslumbramento" o que os economistas denominam de "efeito demonstração". (Ianni, 1991, p. 30)

distintas. Experimentam ódio e antipatia pelo status de modo similar, sendo a sua posição bastante diferente daquela adotada pelos sindicatos, por exemplo, que são pautados pelos princípios de organização e distribuição. Desse modo, forma-se uma aliança populista, em que os níveis mais baixos da população participam intensamente, o que resulta na chamada “revolução de aspirações”. (di Tella, 1973)

Nesse contexto, di Tella conceitua o populismo como “[...] um movimento político com forte apoio popular, com a participação de setores da classe não trabalhadora com importante influência sobre o partido e defensor de uma ideologia anti-status quo”. (di Tella, 1973, p. 47) [tradução nossa]⁸

Para di Tella, o populismo possui como fontes de força ou “laços organizacionais”:

I. Uma elite localizada nos níveis médio ou alto da estratificação e providos de motivações anti-status quo; II. Uma massa mobilizada formada como resultado da “revolução de aspirações”, e III. Uma ideologia generalizada ou estado emocional que favorece a comunicação entre líderes e seguidores e criar um entusiasmo coletivo. (di Tella, 1973, p. 47 e 48) [tradução nossa]⁹

Diante da precariedade de organização autônoma das massas urbanas em formação, elas deram margem para o surgimento de líderes carismáticos e demagógicos aptos a manipulá-las. (Ianni, 1991)

Constatando-se que a ideologia passou a ser utilizada pelos líderes populistas como forma de controlar a mobilização das massas, di Tella relata a dificuldade para se estabelecer a conformidade de movimentos políticos liberais ou operários, conforme padrões europeus. (Botelho, 2013)

Em relação às elites intelectivas, focavam-se na cultura dos países desenvolvidos, sentindo-se, dessarte, incapazes de oferecer respostas apropriadas às dificuldades de seus países. Nesse panorama, o desejo de se alcançar uma democracia pluralista continuava cada vez mais distante, dando lugar ao surgimento de coalizões populistas. (Debert, 2008)

⁸ Texto original: “[...] un movimiento político con fuerte apoyo popular, con la participación de sectores de clases no obreras con importante influencia en el partido, y sustentador de una ideología anti-statu quo. (di Tella, 1973, p. 47)

⁹ Texto original: “I. Una élite ubicada en los niveles medios o altos de la estratificación y provista de motivaciones anti-statu quo. II. Una masa movilizada formada como resultado de la “revolución de las aspiraciones”, y III. Una ideología o un estado emocional difundido que favorezca la comunicación entre líderes y seguidores y cree un entusiasmo colectivo”. (di Tella, 1973, p. 47 e 48)

Assim expressa di Tella a esse respeito:

Em vez de um movimento trabalhista ou uma coalizão liberal, algum tipo de coalizão populista se formará. As alternativas liberais e operárias são débeis, pelos seguintes motivos: Neste período histórico, o liberalismo não é mais essencialmente uma ideologia anti-status quo. Misturou-se com a ideologia das classes dominantes das potências do mundo ocidental e está, portanto, contaminada pelo imperialismo e por grupos locais ligados a interesses estrangeiros. Enquanto for esse o caso, não pode ser usado como uma arma ideológica pelas classes médias partidárias da reforma dos países em desenvolvimento. (di Tella, 1973, p. 44) [tradução nossa]¹⁰

Quanto às organizações operárias na América Latina, avalia que o movimento operário dos países desenvolvidos não poderia constituir modelo, visto que teriam de acolher a política externa “colonialista” de seus países em relação ao terceiro mundo. Outrossim, o repentino aumento do número de trabalhadores industriais, por meio das migrações, tendia a impedir a experiência de organização desses setores, o que elucida a pouca dimensão do movimento operário da região. Os grupos escassos de trabalhadores industriais mais experientes na luta se transformavam em “razoáveis senhores” muito cedo, minimizando os contatos com os contingentes recém-surgidos nas cidades. (di Tella, 1973)

Partidos progressistas precisaram de acatar as noções mais profícuas dos sistemas ideológicos vigentes no mercado internacional, diante da impossibilidade e debilidade de formação de um movimento político liberal e operário no cenário político dos países latino-americanos. Predominaram as ideologias constituídas por integrantes associados a programas socialistas e comunistas, com base nas experiências europeias. (di Tella, 1973)

De acordo com di Tella, essas ideologias nas experiências europeias estão relacionadas com as classes trabalhadoras, contudo, nas experiências latino-americanas, acrescentam-se elementos nacionalistas a elas. Explica, na sequência, que “[...] Isso não cria um grande problema, porque as ideologias são usadas instrumentalmente, como meio de controle social e mobilização de massa, em um

¹⁰ Texto original: "En lugar de un movimiento obrero o de una coalición liberal, se formará algún tipo de coalición populista. Las alternativas liberal y obrera son débiles, por las siguientes razones: 1. En este periodo histórico, el liberalismo ya no es esencialmente una ideología anti-statu quo. Se ha mezclado con la ideología de las clases dominantes de las potencias del mundo occidental y por ende está contaminado por el imperialismo y por los grupos locales ligados a los intereses extranjeros. En tanto ocurre esto, no puede ser usado como un arma ideológica por las clases medias de los países en desarrollo partidarias de la reforma". (di Tella, 1973, p. 44)

grau sem paralelo nas nações mais antigas". (di Tella, 1973, p. 46) [tradução nossa]¹¹

Diante da máxima apresentação das muitas características, possibilidades, e formatos de populismo, di Tella propôs demonstrar que "o populismo é a única forma disponível para quem se interessa pela reforma (ou na revolução) na América Latina". (di Tella, 1973, p. 81)¹² [tradução nossa]

Isso equivale compreender que, para di Tella, os países da América Latina só conseguiriam superar sua condição de subdesenvolvidos valendo-se do populismo enquanto uma forma basilar para se estruturarem, visto que um liberalismo fundamentado no movimento dos trabalhadores, bem organizado, conforme encontrado na Europa Ocidental, era simplesmente impossível nos países latino-americanos.

2.3

Desdobramentos dos estudos de Germani e di Tella: algumas observações

Considerando-se os estudos apreciados, observa-se que, tanto para Germani como para di Tella, o populismo teria sido uma fase de desenvolvimento político pela qual passariam os países latino-americanos, e que, nessa condição, formaria o surgimento de setores que não conseguiram realizar organização e ideologia autônomas. Assim, apenas uma ideologia menos “populista” e mais “classista”, de modo semelhante ao modelo político das classes operárias nos países europeus, corresponderia à etapa de um desenvolvimento mais amplo desses países. (Debert, 2008)

¹¹ Texto original: "Esto no crea un gran problema, porque las ideologías se utilizan en forma instrumental, como un medio de control social y de movilización de las masas, en una medida que no tiene paralelo en las naciones más antiguas". (di Tella, 1973, p. 46)

¹² “[...] el populismo es el único vehículo disponible para quienes se interesan en la reforma (o en la revolución) en América Latina”. (di Tella, 1973, p. 81).

Com o passar dos anos, perceberam-se incoerências da teoria da modernização, surgindo formulações críticas aos estudos de Germani e di Tella. De acordo com Jorge Ferreira:

A distinção entre países "atrasados" e "desenvolvidos", indicando, segundo Maria Helena Capelato, uma relação de exterioridade entre eles, o mundo capitalista "moderno" como modelo a ser seguido, a perspectiva etapista, progressista, que levaria à consolidação do regime democrático nos países "atrasados"- concepção desmentida pelas ditaduras militares nos anos 60 - entre outras questões, abalaram a credibilidade do enfoque. (Ferreira, 2001, p. 66)

Conforme mencionado no excerto acima, na década de 60, a teoria da modernização começou a ser criticada por intelectuais entusiasmados pelo marxismo e pelas novas “teorias da dependência”. Para eles, o populismo promoveria significativas mudanças nos padrões de acumulação capitalista e nas alterações na estrutura de classes dos países latino-americanos.

André Kaysel realça, como exemplo, os estudos de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Falleto, para os quais:

[...] as condições para a emergência do populismo seriam dadas pela crise do “padrão de desenvolvimento para fora” – caracterizado pelas economias primário-exportadoras – pelo “padrão de desenvolvimento para dentro”, centrado na industrialização substitutiva de importações (ISI) (Cardoso & Faletto, 1970). Esse novo padrão de acumulação conduziria a arranjos nacional-desenvolvimentistas (ou populistas) que uniriam a burguesia industrial e os trabalhadores organizados. A crise desses arranjos seria assinalada pelo advento da “dependência associada”, nos quais o capital multinacional se associaria com os capitais locais, gerando uma ruptura destes com a classe operária no plano político. (Kaysel, 2012, p.5)

O cientista político Francisco Weffort sob influência do pensamento de Marx é que apresenta uma das explicações do populismo mais recorrentes para o caso do Brasil. Seguem, ainda, essa mesma linha de raciocínio a leitura sobre esse tema abordada na obra do também brasileiro Octávio Ianni, sendo esses os principais autores selecionados para esta pesquisa, e que são abordados no próximo capítulo.

O arcabouço das ciências sociais se alterou de modo significativo na década de 80, com a crise das padronizações, ou seja, dos grandes modelos ou paradigmas. Isso resultou em outras contundentes críticas às considerações macroestruturais até então vigentes, principalmente diante do surgimento de pesquisas mais restritas ao nível micro e de conteúdo mais empírico.

No cerne da história social, difundiam-se novos conceitos como os do inglês E. P. Thompson, também marxista, que defendia a importância de se compreender a experiência cultural e política de uma classe nos seus próprios termos, para que se entendesse a sua formação em um dado contexto.

De acordo com André Kaysel, Thompson determinou a “experiência” de uma classe por meio das relações materiais de produção, considerando-se a consciência em nível da cultura, em que estas não estariam sujeitas à mesma determinação. A partir dessa distinção entre “experiência” e “consciência”, Thompson chega ao conceito de “formação de classe”, preconizando a constatação de que “toda classe é um conjunto de relações históricas, portanto, um processo, e não uma “coisa” ou um conceito abstrato.” (Thompson, 1987, *apud* Kaysel, 2012, p. 9-10).

Desse modo, retomando a concepção de “formação de classe” do professor e historiador inglês E. P. Thompson, as pesquisas de conteúdo empírico buscaram afastar-se do enfoque estrutural, voltando-se aos estudos do comportamento das classes trabalhadoras, “tendendo a negar validade ao conceito de populismo”. (Kaysel, 2012, p. 3)

Essas contribuições, no interior do campo marxista, abalaram as análises do tipo teleológica, as quais confeririam, inicialmente, determinados papéis políticos às classes sociais. Por conseguinte, instigaram a realização de pesquisas em história social que propunham “dar voz” aos trabalhadores, apreendendo a complexidade de suas relações, tanto com os capitalistas, quanto com o Estado. Esses desenvolvimentos reverteram-se em ampla revisão dos argumentos anteriormente expostos sobre o populismo, sobretudo, no campo da história. Passa-se, com isso, a realizar estudos monográficos que esclarecessem casos concretos, facilitando para se conhecer mais sobre os interesses, as motivações e crenças dos setores populares em suas influências na vida política¹³. (Kaysel, 2012)

Apesar do surgimento desses novos estudos, Jorge Ferreira explica que:

[...] mesmo décadas depois, quando as críticas tornaram as ideias de Germani e di Tella desacreditadas, as imagens de “atraso”, “desvio” e “manipulação” perdurariam. As representações imaginárias, sabemos, são capazes de resistir a críticas, mesmo aquelas formais, eruditas e com base na investigação empírica. Assim, perdurou, ao longo do tempo, a ideia de que, com o processo de urbanização, os indivíduos recém-

¹³ Esse tipo de pensamento poderá ser observado nos estudos que serão abordados no terceiro capítulo.

chegados do mundo rural teriam contaminado os antigos operários com suas ideias tradicionais e individualistas. Sociedade atrasada, camponeses que vieram para as cidades, igualmente um atraso, e, logo, uma política novamente atrasada, eis o ambiente em que teriam proliferado os líderes populistas. (Ferreira, 2001, p. 66 e 67)

Assim, após a sinalização das elaborações mais sistemáticas de intelectuais sobre o populismo latino-americano, o passo seguinte volta-se à abordagem do surgimento do conceito no Brasil, ou, nas palavras de Jorge Ferreira (2001, p. 111), "a invenção do populismo".

2.4

O uso do conceito de populismo no Brasil

Não se usava o termo populismo no sentido pejorativo, até o início do século XX no Brasil. Quando aparecia, muito raramente, nas páginas dos jornais, não expressava intenção de desmerecer ou injuriar o adversário.

Jorge Ferreira afirma, pois, que os termos "populista" e "populismo", quando pronunciados, traziam um significado muito diferente deste que lhe é atribuído atualmente. (Ferreira, 2001)

Acrescenta, ainda, que, naquela época, ser considerado um líder "populista", tanto para os trabalhistas quanto para os seus antagonistas, não referenciava um político que fazia uso dos recursos de manipulação, demagogia e mentira. Outrossim, o significado se relacionava mais ao oposto, podendo ser explicado, na linguagem hodierna, como "líder popular", ou seja, alguém que concebe, de forma autêntica, as pretensões políticas "populares" ou dos "movimentos populares". (Ferreira, 2001)

O ano de 1945 foi decisivo para o surgimento e o estabelecimento da crença de que o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores das cidades constitui obra da manipulação. Jorge Ferreira explica que, naquele ano, "em pleno processo de democratização, o país conheceu uma grande mobilização em favor da continuidade de Vargas no poder". (Ferreira, 2001, p. 111)

O "queremismo"¹⁴, movimento de significativa extensão, incomodou intensamente os grupos liberais e "antigetulistas". Isso porque era difícil entender

¹⁴ Objeto de estudo no capítulo 3 desta dissertação.

como, logo após a ditadura de Vargas, grupos populares se manifestavam a favor do ditador. (Ferreira, 2001)

Nesse cenário de democratização, a partir das perspectivas oferecidas pelo liberalismo, historiadores e jornalistas começaram a esclarecer as relações entre Estado e classe trabalhadora, a partir da propaganda estatal, da manipulação e do "atraso" da tradição política popular no Brasil. Os vocábulos "populismo" e "populista" ainda não estavam disponíveis no vocabulário da época, embora os fundamentos que explicavam o fenômeno estivessem lançados. (Ferreira, 2001, p. 113)

Enfatiza Jorge Ferreira que toda tradição retórica foi construída por meio da manipulação destes vocábulos - 'demagogo', caudilhismo', 'populismo', 'pelegos' etc.". Esboçou-se uma imagem de uma "democracia impura", uma "democracia populista". (Ferreira, 2001, p. 120)

Sob a ótica de Aarão Reis, a palavra, a rigor, aparecera nos anos 50¹⁵, significando mais uma "arma" que um conceito, manejada pelos "círculos mais sofisticados" com o intuito de condenar movimentos sociais e lideranças políticas. Desse modo, envolveram-se na palavra populismo "a crescente participação das massas na política nacional e o destaque de determinadas lideranças carismáticas, seu estilo de fazer política, de mobilizar vontades, de ganhar votos". (Aarão Reis, 2001, p. 347)

Sendo de grande relevância o contexto histórico cravado no período analisado neste estudo, é importante retomar as considerações de Angela de Castro Gomes, ao afirmar que, nos anos 50, reuniões de intelectuais tiveram importância não só quanto aos seus fins, mas também quanto aos locais de ocorrência e aos envolvidos, conforme detalhado no excerto seguinte:

[...] em meados da década de 50, quando a academia vivia a juventude de seus vinte e poucos anos e era muito recente o interesse dos cientistas sociais em construir análises sobre a estrutura do poder nacional. Pode-se simbolicamente assinalar, como ponto de partida deste processo, as reuniões periódicas realizadas, a partir de agosto de 1952, por um grupo de intelectuais, visando discutir os problemas políticos, econômicos e sociais, relacionados ao desenvolvimento do país. Como tais reuniões, patrocinadas pelo Ministério da Agricultura, ocorriam em Itatiaia - a meio

¹⁵ De acordo com Maria Helena Capelato, "Em 1954, o termo populismo foi amplamente utilizado pelos adversários de Vargas, responsáveis pelo seu suicídio. O mesmo ocorreu em 1964, no golpe que derrubou do poder o seu herdeiro político, Jango Goulart". (Capelato, 2016, p. 35)

caminho do Rio e São Paulo -, o grupo ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. (Gomes, 2001, p. 22)

[...]

São eles que, já em 1953, criam o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e, no mesmo ano, começam a publicar os Cadernos do nosso tempo. Esta publicação seria considerada o berço da ideologia nacional- desenvolvimentista que crescerá no decorrer da década, sendo o IBESP o núcleo básico para a organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB." (Gomes, 2001, p. 22-23)

Sob essa mesma ótica, Jorge Ferreira (2001) explica que esse grupo intelectual se esmerou por implementar projetos políticos e instituir uma nova visão de mundo, mas esbarraram-se em um problema identificado como sendo o surgimento do "populismo na política brasileira". Segundo Ferreira, ainda que se tenha constatado "ausência de esforços para conceituar o fenômeno nas condições do país, explicava-se a expressão por variáveis histórico-sociológicas, influenciando, mais tarde, as inúmeras formulações que se seguiram." (Ferreira, 2001, p. 67 e 68)

Angela de Castro Gomes chama a atenção para a importância de destacar as variáveis histórico- sociológicas que foram utilizadas para construir o modelo vigente da época: um proletariado sem nenhuma consciência de classe; a classe dirigente em ruptura hegemônica; e um líder carismático, capaz de persuadir e subordinar instituições, inclusive o seu próprio partido, e transcender fronteiras sociais das classes urbanas e rurais. (Gomes, 2001, p. 25 e 26)

O ademarismo, em meados dos anos 50, e o janismo, mais para o final da mesma década, atualizariam questões que o getulismo já delineara desde os anos 40, impondo às ciências sociais brasileiras um campo de reflexão tanto mais significativo, quanto igualmente compartilhado por outras comunidades intelectuais latino-americanas. Pode-se dizer, assim, que a questão do populismo não mais abandonaria o horizonte das formulações desse campo de estudos, sendo possível entender porque os cientistas sociais paulistas foram particularmente sensíveis às análises desse fenômeno político, que se manifestava de forma expressiva nos momentos de competição eleitoral no estado e na capital. (Gomes, 2001, p. 26)

E prossegue Gomes, afirmando que:

Em São Paulo, ao longo deste período, um grande grupo se formara, reunindo sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores, como Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Boris Fausto e José Álvaro Moisés, dentre outros. [...] Talvez se possa

dizer que, só então, o populismo encontra, em um integrante do grupo acima referido, seu mais importante teórico no Brasil: o professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Francisco Weffort. (Gomes, 2001, p. 29)

Isso posto, pode-se afirmar, portanto, que, entre meados dos anos 50 e início dos anos 60, começaram a surgir formulações acerca da chegada dos camponeses nas cidades, da classe trabalhadora e da política brasileira. Teria sido um período marcado, portanto, pelos elementos: "demagogia, corrupção, paternalismo, clientelismo, fisiologismo, irresponsabilidade, irrealismo, peleguismo" - essas tradições 'demonizadas' que deveriam ser definitivamente "vencidas e varridas da história do país" (Aarão Reis, 2001, p. 347).

Partindo do cerne da teoria da modernização, em princípio, tais concepções foram acomodadas pelos sociólogos do Grupo de Itatiaia, assim como "começaram a ganhar espaço nas universidades". Nesse caminho, de acordo com Jorge Ferreira, o golpe militar, em 1964, foi que acelerou o movimento, admitindo que a noção de populismo aparecesse como forma de explicação para o enfraquecimento do movimento operário e sindical, perante o abaloamento, genuinamente fulminante, da direita civil-militar. (Ferreira, 2001, p. 74)

No capítulo seguinte, serão apresentadas importantes abordagens dos estudos de Octavio Ianni e de Francisco Weffort, em suas obras *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1978) e *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978), em que os professores manifestam de modo evidente os pressupostos normativos da linha interpretativa dos movimentos realçados nesta dissertação.

2.5

O conceito de populismo de Ernesto Laclau

Ernesto Laclau foi um teórico político argentino que, diferentemente dos autores da literatura tradicional, a exemplo de Gino Germani e di Tella, propôs uma abordagem do populismo, além dos termos de anormalidade, desvio ou manipulação, realizando uma análise do discurso para refletir sobre o fenômeno do populismo.

Embora tenha tido uma formação intelectual marxista, revelada em seus estudos, em um segundo momento, distanciou-se dessa tradição para tomar um rumo pós-estruturalista - inspirando-se em Derrida e Lacan. Mas, independentemente dessa divisão na trajetória do pensamento de Laclau, o desenvolvimento de suas formulações sobre o populismo ocorreu de forma contínua - sendo este o ponto importante para a presente pesquisa. (Kaysel, 2012)

Em sua obra *A razão populista* (2013), Ernesto Laclau propõe uma inversão da perspectiva analítica, "ao invés de começar com um modelo de racionalidade política que encara o populismo em termos daquilo que lhe faz falta – sua vagueza, seu vazio ideológico, seu anti-intelectualismo, seu caráter transitório". (Laclau, 2013, p. 47 e 48)

Desse modo, Laclau entende que para compreender o populismo é necessário resgatá-lo da posição marginal em que ele foi colocado pelas ciências sociais. Resgatá-lo da matriz em que ele foi colocado com “vários fenômenos políticos aberrantes” (Laclau, 2013, p. 56).

Alguns dos rótulos pejorativos colocados no conceito de populismo seriam que: 1) o populismo é vago e indeterminado quanto ao público a que se dirige, em seu discurso e em seus postulados políticos; 2) o populismo não passa de mera retórica.

Importante destaque a se mencionar nas formulações de Laclau é em relação à construção do "povo". Laclau analisa a formação das identidades coletivas e, de acordo com o autor, o “povo” tem de ser idealizado como uma categoria política e como um ator histórico. Desse modo, a lógica da construção do “povo” como ator histórico é o que Laclau denomina de “a razão populista”. (Laclau, 2013)

De acordo com Mayra Goulart da Silva, "A "razão populista" seria, portanto, o mecanismo de constituição de uma identidade popular, por meio da afirmação de um grupo que se vê como elo frágil em uma relação de antagonismo com a ordem estabelecida". (Silva, 2013, p. 70)

A formulação de "povo" de Laclau, segundo Lopes e Mendonça, possui sua base na construção discursiva, conforme demonstrado no seguinte excerto:

O “povo” é sempre uma construção discursiva e, como tal, varia conforme as mais diversas experiências populistas, independentemente de critérios ideológicos. É uma parte da sociedade (a plebs) que visa a se constituir na representação da sociedade como um todo (o populus). O povo pode ser o discurso dos mais pobres contra os mais ricos, mas pode ser também o dos nacionais contra os estrangeiros, dos

nacionalistas contra os "traidores da pátria" [...]. O ponto fundamental é que a articulação discursiva seja capaz de nomear o povo contra o seu inimigo. (Lopes & Mendonça, 2013, p. 12)

Estabelecida a noção de "povo", Ernesto Laclau desenvolve o conceito de populismo com base nas três variáveis que ele considera necessárias para a emergência do "povo", a saber: os significantes vazios, representando de modo hegemônico as relações de equivalência; as fronteiras internas sendo deslocadas com a geração dos significantes flutuantes; e a articulação política se tornando o centro através da heterogeneidade constitutiva, que inviabilizou recuperar as dialéticas. (Laclau, 2013)

Com isso, o populismo para Laclau seria uma forma de fazer política, não se tratando de uma ideologia específica e nem de um regime político. Trata-se da utilização de um discurso com base na construção de uma fronteira para dividir a sociedade em dois campos e mobilizar os "excluídos" contra "aqueles que estão no poder". Assim, de acordo com o lugar e o tempo, o populismo pode assumir diferentes formatos ideológicos. (Mouffe, 2020, p 31)

Há três conjuntos de categorias que são fundamentais para a abordagem teórica de Laclau: discurso; retórica, e significantes vazios e hegemonia. Discurso: quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo, isto é, não é apenas em relação às áreas da fala e da escrita. Retórica: quando a substituição do termo literal por um termo figurativo gera um deslocamento retórico. (Laclau, 2013).

Por sua vez, para entender significantes vazios e hegemonia, é necessário compreender primeiro o que é demanda social e a diferença entre demandas democráticas e demandas populares.

Enquanto a demanda social corresponde à unidade mínima para uma experiência política, a demanda democrática ocorre quando uma demanda, atendida ou não, permanece isolada. Por sua vez, as demandas populares são aquelas que se articulam em razão de suas equivalências, constituindo uma subjetividade social mais ampla; de acordo com Laclau, em "um nível muito incipiente, elas começam a constituir o 'povo' como um ator histórico potencial". (Laclau, 2013, p. 124)

Caso as relações de equivalência não se cristalizem em identidade discursiva, não passam de um vago sentimento de solidariedade. Somente no momento em que ocorre a cristalização que se constitui o "povo" do populismo. Neste ponto, observa-

se que o sujeito popular é construído por meio da reunião de práticas político-discursivas, emergindo da divisão da sociedade em dois campos, determinada pela construção da fronteira interna. (Laclau, 2009)

Pela construção de laços de equivalência ocorre a transição das demandas individuais para as demandas populares. Mas, para que ocorra um laço de equivalência, é necessário um denominador comum entre as demandas. Esse denominador precisa de ter um significado "como um todo", o qual Laclau denominou de "significante vazio". (Laclau, 2009)

Nesse sentido, nas palavras do autor:

[...] a identidade popular torna-se cada vez mais plena de um ponto de vista *extensivo*, pois representa uma cadeia de demandas cada vez maior; torna-se, porém, *intensivamente* mais pobre, pois precisa despojar-se de conteúdos particularistas a fim de abarcar demandas sociais muito heterogêneas. Isto é, a identidade popular funciona como um significante que tende a ser vazio. (Laclau, 2013, p. 154)

Segundo Laclau, a literatura aborda, sem dar uma explicação satisfatória, a “imprecisão” e a “vagueza” dos símbolos populistas. Para o autor, em vez de considerar marginal ou primitivo esse caráter dos símbolos populistas, deve-se, na verdade, entendê-lo como algo que atribui unidade às reivindicações democráticas.

Isso porque o espaço social em que ocorre a junção populista é heterogêneo. (Laclau, 2013)

Nesse contexto, Ernesto Laclau entende que o significante vazio por excelência é o nome do líder, em que este exerce a tarefa simbólica de sintetizar a experiência populista, conforme se observa nas palavras do autor:

Isto quer dizer que o político tornou-se um sinônimo de populismo? Sim, no sentido em que eu concebo este último conceito. Uma vez que a construção do “povo” é o ato político *par excellence*, em oposição a uma pura administração no interior de um quadro institucional estável, os requisitos *sine qua non* do político são a constituição de fronteiras antagônicas no interior do social e a convocação de novos sujeitos da mudança social, a qual envolve, como sabemos, a produção de significantes vazios a fim de unificar uma multiplicidade de demandas homogêneas nas cadeias de equivalência. (Laclau, 2013, p.228)

Diante da análise das formulações contidas na obra *A razão populista* (2013), depreende-se que o conceito de populismo elaborado pelo autor vincula o termo não a um fenômeno político, mas a uma forma própria de fazer política e construir o político.

Ernesto Laclau entende que o conceito de populismo é utilizado para denominar vários movimentos políticos, todavia, o que se nota é uma relutância da literatura em dar ao conceito de populismo um significado preciso. Assim, ocorre uma vagueza do conceito de populismo em que vários fenômenos foram incluídos nesse denominador comum.

Dessa forma, Laclau percebe que, quanto mais a literatura inclui determinações no conceito geral de populismo, “menos esse conceito é capaz de conferir hegemonia a análises concretas” (Laclau, 2013, p. 41).

Por fim, nos limites deste trabalho em que se objetiva expor as formulações clássicas que contribuíram para a desqualificação da primeira experiência democrática brasileira, procurou-se abordar, resumidamente, as formulações centrais de Ernesto Laclau apenas para mostrar ao leitor que há estudos do fenômeno do populismo além da ótica pejorativa tradicionalmente adotada pela literatura, tanto nacional quanto estrangeira.

Ianni e Weffort: interpretações de um período "populista"

Neste capítulo, são apresentados os estudos de Octavio Ianni e Francisco Weffort, sobre a utilização do conceito de populismo, para denominar o período de 1945 a 1964 no Brasil. Enfatizam-se as suas obras *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1978) e *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978). Em seguida, apresenta-se uma análise dos estudos desses autores, realizando-se uma comparação entre o pensamento de ambos e, em um terceiro momento, as principais críticas às suas formulações.

Para conduzir o estudo, busca-se, inicialmente, esclarecer que toda esta produção foi concretizada em um contexto de crise dos estudos sociais e políticos no país diante da busca por uma explicação do golpe de 1964. Almejava-se, na época, revisar as interpretações existentes, reagir ao modelo analítico que buscava recorrer a causas de teor estrutural, com ênfase nas socioeconômicas, assim como abordar os atores políticos através de destaques e críticas às suas atuações.

Há de se compreender o estilo agressivo de diversos textos, as contestações à emergência da “burguesia nacional” e do movimento sindical, não mais em uma posição confortável de autores do desenvolvimento do país. Razão, ainda, da "centralidade do ator Estado e, sem dúvida, do tema do populismo, articulador por excelência desta tríade fundamental". (Gomes, 2001, p 31)

Partindo dessa breve contextualização, prossegue-se apresentando, inicialmente, as principais formulações de Octavio Ianni.

3.1

Octavio Ianni e a sociedade de massas

Octavio Ianni foi um renomado sociólogo e professor universitário brasileiro. Autor de numerosos trabalhos. Neste tópico, inicia-se, na argumentação que se segue, a abordagem da sua obra *O colapso do populismo no Brasil* (1978).

Segundo Ianni, os fenômenos populistas podem ser classificados em categorias diversas como: movimento de massas, partido político policlassista, sindicalismo, lideranças carismática, linguagem demagógica, nacionalismo econômico, desenvolvimentismo, reformismo, governo populista, democracia populista, ditadura populista e Estado populista (Ianni, 1991, p. 149). Ademais, o autor explica que o populismo latino-americano¹⁶ assume um caráter bonapartista.¹⁷

Afirmando examinar as relações essenciais entre processos políticos e econômicos, que elucidam a natureza da "crise brasileira", no Prefácio da obra em estudo neste capítulo, Ianni (1978) afirma visar ao esclarecimento das condições não econômicas da estagnação e do progresso, focando principalmente o período de 1945-1967, na certeza da necessária ênfase à Revolução de 1930 e ao golpe de Estado de 1964. Ele próprio assegura que analisa os dados sobre a origem da dependência estrutural, do povo brasileiro, e considera estarem as questões mais relevantes apoiadas em 'exaustiva' documentação.

Ocupa-se na obra a relacionar a política ao desenvolvimento político, social e econômico, no Brasil, para estabelecer sua compreensão do sentido das crises, afirmando que podem ser explicadas "pelo caráter e pelas condições da ruptura

¹⁶ Ianni é autor da obra *A formação do estado populista na América Latina* (1991), em que declara a sua intenção de "contribuir para explicar o populismo como fenômeno que revela antagonismo de classes, numa situação em que precisamente as relações antagônicas parecem apagadas" (Ianni, 1991, p. 2). Para isso, apresenta o conceito de populismo na América Latina dos autores Gino Germani, Torcuato S. di Tella, Jorge Graciarena, Allan Angell e Alistair Henessy, além de elucidar a sua opinião crítica sobre as proposições dos mesmos.

¹⁷ De acordo com Octavio Ianni, "o bonapartismo típico resulta de uma luta intensa pelo poder. Ele se impõe quando nenhuma das classes sociais em confronto dispõe de condições para impor o seu mando às outras". (Ianni, 1991, p. 47) Lado outro, em relação aos elementos bonapartistas presentes no populismo, Ianni relata: "o 'equilíbrio' das classes sociais que participam da coalizão populista [...]"; "no populismo tem sempre ocorrido a hipertrofia do Executivo, ou o que é equivalente, a submissão do Legislativo pelo Executivo [...]"; e "o governo populista, da mesma forma que o bonapartista, trata de organizar o poder além do aparelho estatal; ou a reversa, trata de incorporar ao aparelho estatal sindicatos e partidos". (Ianni, 1991, p. 46)

verificada no período que medeia a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964". (Ianni, 1978, p. 9)

Assim, o período brasileiro de passagem de mudança para a fase de economia industrial, demarcando a decisiva etapa do desenvolvimento, pode ser resumido pela política de massas, como modelo de disposição política e de sustentação do novo estilo de poder. Sendo assim, adverte que a política de massas difere da política de partidos, visto que esta última fundamenta a democracia populista, organizada gradualmente nas décadas que precederam a rápida mudança que ocorreu após o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Resultante do novo poder, que se constituiu e caracterizou o padrão getuliano de ação política, desenvolveu-se uma cultura urbana diferente e genuinamente nacional, oriunda das atividades políticas e culturais emergentes. Concomitantemente, as organizações políticas de esquerda despontaram, a partir dos contrassensos econômicos, políticos e sociais.

As políticas voltadas ao povo foram "a vida e a morte" do modelo de desenvolvimento econômico de Getúlio Vargas. Em uma das acirradas lutas pela industrialização no Brasil (1914-1964), foram estabelecidas condições institucionais, políticas e culturais mínimas, para se buscar a formação da sociedade no padrão urbano-industrial. (Ianni, 1978, p. 53)

Principalmente na chamada Quarta República Brasileira, após 1945, ou República de 1946, demarcou-se uma democracia política que se estenderia por cerca de 19 anos, expandindo-se as experiências culturais, com a inovadora participação das massas em certas decisões políticas e na reestruturação dos projetos voltados ao progresso nacional. Essa mudança resultou na formação de novos modelos desenvolvimentistas.

Ao longo de cinquenta anos, enquanto ocorria o diálogo entre as bases dos diferentes grupos e classes sociais, surgiram quatro modelos de desenvolvimento e organização da economia brasileira: (a) modelo exportador; (b) modelo substituição de importações; (c) modelo internacionalista (ou de associação ampla) e (d) modelo socialista.

Nesse contexto teórico e histórico, Ianni recomenda o estudo e a inserção da política de massas como um elemento essencial do padrão getuliano de desenvolvimento econômico. Ademais, os interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial, juntos, configuram um componente de destaque para o período getuliano. Nos termos de Octavio Ianni:

Essa combinação efetiva e tática de interesses destina-se a favorecer a criação e expansão do setor industrial, tanto quanto do setor de serviços. Em concomitância, criam-se instituições democráticas, destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder. Na verdade, criam-se as condições de luta para uma participação maior no produto. Em plano mais largo, trata-se de uma combinação de forças destinadas a ampliar e acelerar os rompimentos com a "sociedade tradicional" e os setores externos predominantes. Em verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico da política de massas - em que se envolvem civis e militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários - que se verifica a internacionalização de alguns centros de decisão importantes para a formação e execução da política econômica. A crescente participação do Estado na economia é, ao mesmo tempo, uma exigência e uma consequência desse programa de nacionalização das decisões. (Ianni, 1978, p. 55 e 56)

Esses ajustes resultaram nas conquistas das classes assalariadas, principalmente do proletariado, criando-se, em 1940, o regime de salário mínimo. A Consolidação das Leis do Trabalho surgiu em 1943 como importante instrumento do intercâmbio de interesses entre assalariados e empresários. Vinte anos mais tarde, o Estatuto do Trabalhador Rural se tornou lei, constituindo novidade no desenvolvimento da política de massas, demarcando a ida do populismo ao campo.

Essa troca entre as classes foi eficaz, graças, predominantemente, ao peleguismo, uma prática intrínseca à estrutura da legislação trabalhista. Os sindicatos operários e dos setores médios eram dependentes do Ministério pelo controle dos recursos financeiros por ele exercidos (primeiramente, Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, posteriormente, apenas Ministério do Trabalho). Uma importante função do sindicato era convencer os operários de que as medidas governamentais deviam ser cumpridas.

Nesse período, criou-se a contribuição sindical - cujo valor equivalia ao salário de um dia de trabalho, por ano - criado pelo governo, depositado e controlado pelo Ministério do Trabalho, constituindo fonte de recursos financeiros do sindicato. Os dirigentes sindicais eram eleitos, geralmente, pela anuência do próprio Governo, tornando-se, mormente, instrumentos de manobras políticas, alheios aos interesses dos assalariados. Lideranças operárias e comerciais tinham uma atuação política obrigatoriamente equivalente aos interesses governamentais. Isso significa que a formalização das relações de trabalho, firmadas na Consolidação das Leis do Trabalho e no Estatuto do Trabalhador Rural, delimitavam e controlavam a atuação política das classes assalariadas.

Para se compreender a estrutura da política de massas é relevante o estudo da composição rural-urbana do proletariado industrial. Crescente com as migrações internas, intensificando-se a partir de 1945, o contingente dos trabalhadores se ampliava, mas sem nenhuma tradição política, predominando valores e padrões culturais do mundo rural. O padrão cultural urbano começava a se alterar, de forma lenta, contraditória e parcial.

No proletariado urbano e industrial, distingue-se uma consciência singular, heterogênea, que se volta às exigências da política de massas, orientada por outros grupos sociais, formando uma consciência de mobilidade que tende a persistir, desenvolvendo um comportamento individual ou grupal que almeja galgar posições na escala social. Nesse contexto, a atividade política do proletariado - enquanto coletividade - organiza-se bem, em termos de consciência de massa. Interesses de classe, contrários a outras classes e grupos sociais, coadunam-se muito parcialmente, sem fundamentar diretrizes e posições políticas autenticamente proletárias.

Sendo assim, compreende-se que a política de massas teve um teor basicamente desenvolvimentista no Brasil, sendo possível concretizar algumas etapas do desenvolvimento industrial, embora o apregoado "distributivismo" do getulismo nunca tenha se consolidado, visto que o custo de vida sempre absorveu o salário real.

Octavio Ianni considera como pontos positivos do getulismo, em sentido lato:

Por meio das técnicas jurídicas e políticas inerentes ao populismo, manteve-se em nível adequado ao progresso industrial a relação entre custo de vida e salário real. Em âmbito mais largo, foi a democracia populista que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista. No Brasil, pois, o getulismo, em sentido lato, fornece as bases políticas e ideológicas para a realização dos índices de poupança adequados à manutenção dos níveis de investimentos exigidos para acelerar a industrialização". (Ianni, 1978, p. 61 a 63)

A política de massas colaborou como forma de organização, de utilização e de controle da força política das classes assalariadas, notoriamente do proletariado. Coadunou-se às exigências de poupanças para investimentos para ampliação do setor secundário e fomentou a "revolução nas expectativas" dos trabalhadores; tendências que se somam para viabilizar a efetivação dos vários significados das relações entre segmentos urbano-industriais com os segmentos tradicionais e com

os setores externos. Lideranças carismáticas e movimentos de massas buscam motivar o povo a partir de programas formais que se firmam, ao serem identificados pela representatividade de um líder; em geral, o presidente, o governador, ou mesmo, em menor escala, por um deputado ou outros políticos.

Essa política de massa constitui parte dos acontecimentos políticos responsáveis pelos rompimentos partidários entre a sociedade urbano-industrial e a sociedade tradicional, junto com os sistemas políticos e econômicos externos, sendo espontaneamente atuante na reformulação das relações externas do país. Ianni esclarece essa participação e envolvimento, nos seguintes termos:

O nacionalismo desenvolvimentista está na base da Campanha do Petróleo, realizada principalmente entre 1947 e 1953. Assim, a política externa independente é uma manifestação relacionada com o tipo de democracia popular em funcionamento no Brasil. (Ianni, 1978, p. 66)

Sob muitos aspectos, a carta-testamento de Getúlio Vargas é uma síntese do espírito do getulismo, enquanto movimento de massas, política econômica, relações com os países dominantes, etc. Além disso, a morte de Vargas e o documento assinalam o ápice do período histórico configurado na democracia populista. (Ianni, 1978, p. 68)

Ao descrever o contexto da esquerda e das massas, Ianni observa que o pensamento getuliano e particularmente a política de massas foram contempladas pela Consolidação das Leis do Trabalho, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pelo peleguismo, pelo Estatuto do Trabalhador Rural, por Kubitschek, Goulart, Arraes e Brizola, além de Ademar de Barros, Hugo Borghi, Jânio Quadros e outros, todos comungando o mesmo universo populista. (Ianni, 1978)

A esquerda brasileira ficou basicamente confinada a esse contexto histórico e ideológico, de modo que as técnicas da política de massas e o reformismo, administrados pelos setores mais aguerridos da política de industrialização, constituíram regras e condições tanto de politização quanto de atuação política do proletariado urbano, de alguns setores da classe média, de estudantes universitários e, posteriormente, do proletariado agrícola. Consequentemente, transitou entre as lembranças do marxismo e as cobranças da democracia populista. Entretanto, a esquerda não soube transformar a política de massas em política de classes, nem

ofereceu possibilidades histórico-estruturais adversas ao "fascínio da ideologia getuliana". (Ianni, 1978, p. 98)

Greves operárias no Brasil tiveram como cerne a motivação econômica, originando-se minimamente de razões políticas, embora, via de regra, as lideranças e organizações econômicas, socialistas, petebistas buscassem dar a esses movimentos maior conotação política, o que é recorrente nessas situações, conforme as condições de seu marco inicial e dos efeitos diretos e indiretos provocados no ambiente sindical, na classe operária, assim como em outros setores sociais.

O autor traz a transcrição das reivindicações das categorias profissionais na Greve Geral de 5 de julho de 1962, ressaltando que a participação da classe foi bastante reduzida. Isso porque é possível depreender das reivindicações, que “[...] aí estão reunidos, num só programa, os objetivos correntes da política populista e aqueles específicos da esquerda” (Ianni, 1978, p. 103).

De acordo com Octavio Ianni, no âmbito da sociedade global, funciona a política de massas como elemento da democracia populista, com valores e técnicas vigorosas. Os rompimentos desejados pelos estudantes e por outros grupos sociais, coniventes com interesses declarados ou ocultos do proletariado urbano e rural, inserem-se no projeto de industrialização e desenvolvimento econômico global, resumido no padrão getuliano. Nesse contexto, "as lutas pela transformação da sociedade são sempre "corrigidas" pelas técnicas e alvos do populismo". (Ianni, 1978, p. 112)

Esses motivos levaram a esquerda brasileira a sempre oscilar entre dois polos: o marxismo-leninismo e a democracia populista, mas não conseguiu se liberar da cultura da democracia populista, eis que marcada pelas técnicas e pela ideologia da política de massas. Enquanto a potência da política populista limitou as notáveis conquistas da esquerda, quanto à implantação de uma interpretação radical, o nível teórico dos quadros da esquerda também se mantiveram insatisfatórios.

Em meio a essas confusões, a esquerda não percebeu que massa e classe não são expressões recíprocas, nem as entendeu como categorias estrutural e historicamente diversas. Assim, não analisou o estado de consciência das massas trabalhistas que antecede a consciência de classe, além de priorizar a mobilidade social, em vez da contradição.

Enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e atuação das massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações. Por isso, ela foi sempre surpreendida pelos golpes de Estado, pelas viradas bruscas, pelas oportunidades perdidas. Foi assim em 1945, com a deposição de Getúlio Vargas; em 1954, com o suicídio deste; em 1956-60, em face da habilidosa combinação da política de massas e do desenvolvimento internacionalista, conduzido por Juscelino Kubitschek de Oliveira; em 1961, ante a renúncia de Jânio Quadros e o empolgar das massas por Brizola; em 1964, ante o Golpe de Estado. (Ianni, 1978, p. 114 e 115)

Observa-se, pois, que a esquerda não elaborou a sua opção diante do desenvolvimento das contradições intrínsecas à democracia populista, assistindo impotente à significativa transformação do quadro histórico brasileiro.

Soma-se a isso a explicação do que seria o paradoxo do populismo:

O paradoxo do populismo está em que ele se funda num pacto de classes sociais, ou os seus grupos mais ativos, que continuam a desenvolver-se como tais ao longo da duração do pacto. Por consequência, a aliança das classes sociais envolvidas nesse tipo de política não se rompe apenas pelas divergências e antagonismos com as outras categorias sociais, ou devido às ambiguidades e incertezas das forças populistas, quanto aos seus meios e fins. Quando se rompe a aliança populista, esta ruptura ocorre também, e às vezes principalmente, por causa das contradições desenvolvidas entre as classes que compõem o próprio populismo. (Ianni, 1991, p. 137)

Consolidando essas considerações, é relevante demonstrar, à guisa dessa visão panorâmica do texto e do seu contexto, que o conceito de populismo para Octavio Ianni apresenta um novo movimento político que, desde 1930, paulatinamente, foi se organizando na política brasileira - surgiu com Getúlio Vargas e continuou com os seus políticos associados. A ideologia e a linguagem populista cresceram com as políticas efetivas, isso porque, enquanto as solicitações do proletariado são atendidas pelos políticos, criam-se instituições e símbolos populistas. No quadro crescente de transformações urbano-industrial, o mercado de força de trabalho e as massas começam a desempenhar papéis políticos reais na política populista.

Sendo assim, o populismo, é caracterizado e descrito por Octavio Ianni desta forma:

[...] o populismo, em suas diferentes modalidades (getulismo, trabalhismo, populismo de esquerda etc.) foi caracterizado e interpretado, no contexto social e econômico em que realmente surgiu. (...) Assim, pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois, adquire outras conotações e, também, denominações. Borghismo,

queremismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro. No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. (Ianni, 1978, p. 206 e 207)

No cerne do processo histórico delineado por Octavio Ianni em sua obra, o povo brasileiro teria explorado, de vários modos, o processo inflacionário, o dirigismo estatal, as crises internacionais, os recessos da cafeicultura, o desenvolvimento nacionalista, as experiências de planificação, o crescimento da politização das classes assalariadas, a democracia populista. Uma vez que a política de massas estava indo longe demais, em 1964 ocorreu o "colapso do populismo".

3.2

Francisco Weffort: massas como parceiro-fantasma no jogo político

Francisco Weffort foi um cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP) que se dedicou principalmente aos estudos sobre populismo e democracia. Autor de vários trabalhos, destaca-se a obra *O populismo na política brasileira* (1978) para a linha interpretativa em questão.

Mister se faz explicar que, no período compreendido entre 1963 e 1971, Weffort se dedicou a estudar o populismo no Brasil, publicando um conjunto de textos sobre o tema. Em 1978, após um lapso temporal de quinze anos, esse cientista político reuniu os seus materiais publicados na obra intitulada *O populismo na política brasileira* (1978).¹⁸

Nesse estudo, Weffort realça a importância da análise do contexto da época para se compreender o populismo, assim caracterizado e descrito:

O populismo como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afinados na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se

¹⁸ Para uma melhor compreensão desse lapso temporal das publicações dos estudos de Weffort, ver: Kaysel, André; Mussi, Daniela. Os populismos de Francisco Weffort. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 35, n. 104, 2020.

apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional de Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-64). (Weffort, 1978, p. 69)

Em síntese, busca-se compreender formas populistas de emergência das massas populares na política, bem como o duplo paradoxo do populismo, cujos grupos dominantes promovem a participação dos dominados e cujas massas servem de arrimo para o regime populista.

Inicialmente, para realizar a análise da emergência popular, observa-se a demarcação divisória entre o período histórico (Revolução de 1930¹⁹) e o movimento que se encerra com o golpe de Estado de 1964, iniciando, assim, o processo de democratização do Estado.

No contexto após Revolução de 1930, a classe média não detinha autonomia política, e os setores tradicionais não conseguiam formar uma base sólida para o novo poder. A partir de então, passou-se a priorizar a formação do Estado democrático, centrado na industrialização e no apoio das massas populares, uma vez que o desenvolvimento urbano e proletário estimulou a política de amplos contingentes, constituindo, assim, uma dimensão política fundamental para o novo período.

Weffort esclarece que o poder político não era exclusivo de nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação), o que possibilitou o afastamento de interesses imediatos e a consideração de um conjunto de interesses sociais. (Weffort, 1978)

Segundo o mesmo autor, os revolucionários confirmavam o poder conquistado por meio do atendimento às aspirações populares, ao propiciarem uma liberdade relativa diante dos grupos dominantes, além de ampliarem a esfera de compromisso com as massas populares urbanas. Trata-se da “única fonte de legitimidade possível ao novo Estado brasileiro. O mecanismo pelo qual as massas conseguem assumir tal papel histórico revela-se com toda a clareza depois da redemocratização do país” (Weffort, 1978, p. 54).

Todavia, Weffort entende que as massas populares representaram o parceiro-fantasma de um jogo político, por força da clássica antecipação das elites. Isso

¹⁹A Revolução de 1930 marcou a história da política brasileira ao colocar fim à Primeira República e ao sistema oligárquico dominante, assim como ter resultado na ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

porque, para ele, a intervenção das massas na política era sempre uma possibilidade, todavia, nunca teria chegado a se concretizar.

A partir do governo de Getúlio Vargas, que durou 15 anos, foi criada uma estrutura sindical com a finalidade de controlar uma legislação trabalhista para as cidades, para atender às massas urbanas sem infringir os interesses do latifúndio. Essa ideologia, caracterizada como "pai dos pobres", foi estabelecida pelo direito das massas de reivindicarem suas questões sociais, por intermédio dos órgãos oficiais. (Weffort, 1978, p. 55)

Para firmar seu prestígio nas massas urbanas, Getúlio instituiu o poder do Estado, o que configurou uma categoria decisiva na sociedade do país naquela época. Weffort aduz que o Estado "com mecanismos de manipulação passa a impor-se como instituição, inclusive aos grupos economicamente dominantes". (Weffort, 1978, p. 55)

Nessa perspectiva, o Estado representava a solução para o compromisso e o equilíbrio entre os grupos sociais, legitimando o apoio às massas e firmando compromisso com uma nova fonte de poder, de acordo com interesses nacionais. A partir dessa (re)formulação política, econômica e social, tentou-se solucionar os conflitos decorrentes dos interesses imediatos, como, por exemplo, a política de defesa do café, pois os mecanismos de aquisição e de preservação do poder oferecem os devidos suportes à legitimidade estatal.

Os detentores do poder necessitavam do apoio das massas urbanas, optando, assim, por alternativas que atendiam ao jogo de interesses, mediante decisões deliberadas ou pensadas no intuito de ampliar as bases do poder.

Nesse ínterim, o Estado conseguiu ceder a todos os tipos de pressão, sem, contudo, se subordinar, exclusivamente, aos objetivos imediatos de qualquer grupo, em plena crise agrária e mediante dependência dos setores médios urbanos e da pressão popular.

Em contrapartida, no período da ditadura de Vargas (1930-1945), era latente a soberania do Estado, no que diz respeito aos diferentes setores sociais – nessa fase, as massas eram manipuladas e havia arbitrariedade em relação aos demais grupos sociais, sem quaisquer condições para a minimização dessa soberania. Após 1945, as lideranças populistas surgem com maior importância em todos os pleitos nacionais, sob a presidência de Gaspar Dutra.

Analisando todo o período de emergência política das massas, no período posterior a 1930, é válido pontuar que os grupos dominantes nunca admitiram a promoção da participação popular, já que os integrantes dessa classe sempre recusaram tal ascensão. Nesse diapasão, o governo precisou atuar dentro de uma faixa complexa de compromissos e de conciliações entre interesses distintos – “nessa nova estrutura, o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí está uma das raízes de sua força pessoal” (Weffort, 1978, p. 78).

Nesse sentido, reforça-se que a inserção das massas populares urbanas na política brasileira fez com que o Estado atuasse como “árbitro dentro de uma nova situação de compromisso”, optando por alternativas que despertassem menor resistência e, ou, maior apoio popular. Tal estratégia foi efetivada, formalmente, entre 1930 e 1964, começando com Getúlio Vargas e se perpetuando praticamente com todos os seus sucessores políticos.

Quanto à democracia, enquanto ideal de vida política no Brasil, as massas participavam das decisões, propiciando uma relativa estabilidade ao regime. Diferia-se, portanto, do modelo registrado na tradição ocidental.

Weffort afirma que a diferença mais notável diz respeito à apresentação direta do Estado, já que todas as organizações importantes que se estabelecem como mediação entre o Estado e os indivíduos são “anexas” ao próprio Estado, não sendo órgãos efetivamente autônomos. (Weffort, 1978, p. 57)

Os sindicatos estão vinculados ao aparelho estatal, no âmbito político e administrativo. Touraine, segundo Weffort, pondera que a organização sindical é “menos um instrumento nas mãos da classe operária, que a expressão de uma participação indireta e involuntária no poder” (Weffort, 1978, p. 57).

Nessa perspectiva, a falta de autonomia das organizações sindicais reflete a dependência política das organizações populares em geral (inclusive as partidárias), conforme poder constituído pelo Estado ou segundo normas ditadas pelos grupos no poder. Assim, as atividades desenvolvidas restringiam-se a setores minoritários de cada agrupamento social representado. Como exemplo, cita-se a associação estudantil, cuja função passava por “limitações ainda maiores”, devido ao apoio a uma camada social que estava em constante renovação, além de ser socialmente incapaz de definir objetivos políticos específicos. (Weffort, 1978, p. 19)

Em relação à estrutura sindical, representava-se o intermediador entre o poder político e a classe, para reivindicações econômicas junto ao poder de ambos. Dessa

forma, as insatisfações populares alcançavam o poder, com certa autonomia, ainda que apenas indiretamente na composição de forças com as elites e em sua renovação.

Analisando-se a participação popular até 1964, nota-se que alguns grupos eram organizados para se expressarem no âmbito eleitoral, apesar de serem ausentes os partidos eficientes. Considera-se que o voto consiste em uma manifestação individualizada das massas, enquanto meio básico de expressão popular, em um período que remetia ao desenvolvimento da industrialização e da urbanização.

Contudo, as massas eram impedidas de manter qualquer compromisso político específico com a elite, considerando-se a acentuada desproporção entre o desenvolvimento da urbanização e da industrialização, apontando para o fato de as condições das massas urbanas serem efetivamente insatisfatórias. Assim, surge a dificuldade de se estabelecer semelhança entre as massas e as massas "satisfeitas" dos países avançados. O parâmetro fundamental para se compreender o comportamento político dessas massas é a escassez, e não a fartura. (Weffort, 1978, p. 59-60)

Destarte, para se compreender o processo de massificação, é preciso associar as condições sociais insatisfatórias a seus efeitos políticos. A mudança do campo para a cidade consiste no início da conversão de um indivíduo em cidadão politicamente ativo, dissolvendo, assim, padrões tradicionais de submissão aos rurais mais poderosos.

Nas grandes cidades brasileiras, o processo político nacional ocorre por meio de grandes líderes populistas e de correntes de opinião politicamente decisivas, fazendo com que o processo de urbanização esteja relacionado à disponibilidade política – os setores insatisfeitos realizam uma pressão popular sobre o Estado, envolvendo a manipulação de líderes populistas; a situação das massas pode romper com os padrões tradicionais, ofuscando a consciência de classe; as manifestações políticas de massas constituem expressões políticas e posições determinadas de classe; se o líder não conquistar aspirações sociais concretas, sua imagem popular poderia se dissolver perante a massa, embora em nada se identificasse com aquelas aspirações.

Nesse sentido, observa-se que as massas populares aparecem como alternativa única para concretizar a política de reformas, impondo ao Estado a

necessidade de sobrepor-se, efetivamente, a um jogo de interesses, planejando, segundo interesses nacionais, a reforma das estruturas.

Weffort contextualiza as mudanças políticas da época, afirmando que a partir de 1945 os políticos passaram a ter de "prestar contas às massas eleitorais" para conseguirem autonomia executiva em relação aos grupos do sistema partidário. Assim, nas palavras do autor: "Em verdade, a simples circunstância de que político algum pode esquivar-se totalmente das expectativas populares, desvia de maneira radical aquele regime do Estado oligárquico anterior aos anos de 1930." (Weffort, 1978, p. 21)

Dessa forma, o autor considera as massas um novo personagem legitimador do Estado na história brasileira. Todavia, cabe ressaltar que Weffort entende que existia uma manipulação das massas, mas que não era uma manipulação absoluta no populismo – por isso a ambiguidade do populismo, pois ele dividiria o sentimento do político "entre o amor do povo e o amor ao poder" (Weffort, 1978, p.71).

O Estado, que antes era soberano, agora necessita provar a realidade de sua soberania, mesmo diante de graves limitações a essa intenção de afirmação. Desse modo, as massas seriam a base da legitimidade do Estado, embora não consigam desenvolver uma ação política autônoma, servindo, então, como instrumento para aquisição e preservação do poder, o que apenas tem utilidade se não houver hegemonia dos grupos dominantes sobre os dominados - "em outros termos: são a raiz efetiva do poder, mas nesta mesma condição, não passam de "massa de manobra". Assim, as massas só podem ser basilares para a legitimidade do Estado quando há compromisso entre os grupos dominantes. (Weffort, 1978, p. 63)

Portanto, o agravamento da situação, desde a renúncia de Jânio Quadros (1961), abalou a estrutura de compromisso, posto que se perderam os interesses entre os grupos em confronto de se sensibilizar detentores do poder quanto às insatisfações populares. Reduzindo-se o compromisso entre os grupos dominantes de cobrar do Estado a sua real soberania, reduzem-se também as possibilidades de se manipularem as massas e de se ampliarem ou, pelo menos, preservarem as áreas de seu domínio efetivo.

As organizações populares de esquerda exigem do governo uma ação política com base em critérios ideológicos, fazendo emergir o nacionalismo, cujo ponto de

partida seria considerar uma comunidade sem distinções de classe, favorecendo a dissolução de problemas estruturais.

Trata-se, portanto, de uma "transfiguração teórica do populismo", que altera relações usuais de manipulação entre governo e massas populares, o que é literalmente descrito nas seguintes palavras de Francisco Weffort:

Neste quadro político, em que o Estado, por meio dos líderes populistas, se põe em contato direto com as massas, não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política – as formas de aquisição e preservação do poder – estão vinculados a uma luta entre personalidades. Nessas condições, o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o Governo Federal (particularmente na Presidência de Kubitschek) encampa-o como cobertura ideológica do desenvolvimentismo. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, uma transfiguração teórica do populismo. (Weffort, 1978, p. 58)

Sendo o populismo, até então, uma forma espontânea da ascensão política das massas; o nacionalismo, por sua vez, traduz, em nível ideológico, a pressão popular feita ao governo, fazendo com que a política deixasse de ser realista e ansiasse ser, de fato, uma política de interesse nacional.

No período compreendido entre a renúncia de Jânio Quadros até a queda de João Goulart, os problemas estruturais se agravaram, sem hegemonia por parte dos grupos dominantes, quando todos esperavam iniciativas do Estado enquanto entidade independente. Contudo, viam-se cada vez mais reduzidas as possibilidades de compromisso entre os grupos que o pressionavam. Consequentemente, minimizaram-se as chances de o populismo, por meio da manipulação, continuar agindo como dinamizador da estrutura política, de modo que "a pressão popular se torna cada vez mais ideológica, alterando-se deste modo o esquema tradicional de manipulação". (Weffort, 1978, p. 64)

Dinâmica impotente junto à ineficácia prática dos detentores do poder do Estado, sem ações políticas concretas, resulta em função importante para a ideologia fortalecer o mito de um Estado democrático de todo o povo, independentemente das diferenças sociais de classe.

Nesse cenário, defende-se a crença em um Estado superior soberano, capaz de eliminar qualquer reação dos grupos conservadores. As ações do governo, bem como as das organizações políticas populares (incluindo setores agrários e empresários industriais), igualmente mitificam o Estado como revolucionário, opondo-se a este, de forma radical.

Depois da queda de Goulart²⁰, o caminho a ser definido quanto ao processo político brasileiro da época ficou incerto, mas o processo de democratização do Estado findou-se por meio do populismo, devido à ascensão dos militares.

Conforme exposto, pode-se depreender dessa revisão que, de acordo com Weffort, embora a manipulação tenha sido uma das tônicas do populismo, não é possível se restringir à manipulação do estilo de liderança política, pois essa manipulação nunca foi total. "Se o fosse, seríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes". (Weffort, 1978, p. 70)

Em resumo, o populismo configurou algo além da mera manipulação, pois há de se ressaltar a complexidade política das condições históricas – mediante o processo de desenvolvimento industrial e urbano, é preciso considerar além da estrita manipulação das classes populares, pois o populismo abrangeu a expressão das insatisfações da classe, representando, assim, a principal forma de manifestação política da emergência popular.

3.3

Quadro comparativo: um balanço entre as formulações

Estabelecidas as interpretações fornecidas pelos autores Octavio Ianni e Francisco Weffort acerca do período 1946-1964, extraídas estritamente de suas obras *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1978) e *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978), passa-se a realizar um balanço sobre os estudos desse autores para ressaltar, assim, a apresentação das críticas no próximo tópico.

Daniel Aarão constata que Octavio Ianni, na época em que produziu seus textos escritos, almejou delatar a ditadura e instigar as organizações e os grupos que se assumiam como revolucionários a fazerem o mesmo. Em relação à obra de Weffort, de natureza vista por muitos como semelhante à de Otávio Ianni, Aarão

²⁰ Sobre João Goulart, o autor considera que a sua política de reformas levou à crise do “regime populista” (Weffort, 1978, p. 87).

observa que seus escritos visavam mostrar os "limites de uma abertura controlada e desbatar as trilhas do então balbuciente Partido dos Trabalhadores". (Aarão Reis, 2001, p. 364)

Sob a ótica de André Kaysel, o cientista político Francisco Weffort demonstrou explicitamente ser influenciado por um pensamento marxista, utilizando-se do conceito de "bonapartismo" presente na obra *O Dezoito Brumário* de Marx, com associação, embora implícita, ao conceito gramsciano de "cesarismo". Isso porque "ambas as categorias remetem à autonomização do Estado frente às classes sociais devido a um equilíbrio transitório no antagonismo entre estas últimas". (Kaysel, 2012, p. 6)

A respeito desse conjunto de leituras histórico-estruturais referentes ao populismo, André Kaysel confirma que se pode subsidiá-las em fontes muito distintas, que passam por vários seguimentos, que vão desde o funcionalismo parsoniano e a "teoria da modernização de Seymour Lipset ao 18 Brumário de Marx, até a teoria do imperialismo de Lênin e à categoria do "desenvolvimento desigual e combinado" de Trotsky, perpassando pelo desenvolvimentismo da CEPAL²¹. Contudo, há de se atentar aos traços de semelhanças, bem como se observam as diferenças. (Kaysel, 2012, p. 7)

Quanto a esse aspecto, Kaysel observa que [...]

[...] todos os autores explicam o populismo a partir de transformações na estrutura socioeconômica, em geral a crise da dominação oligárquica e sua base material (a economia primário-exportadora) e a passagem para uma sociedade burguesa e industrial. Além disso, todos contrapõem o modo singular pelo qual teria se dado essa transição, em comparação com as economias centrais. (Kaysel, 2012, p. 7)

Em ambas as interpretações, tanto nas funcionalistas, quanto nas marxistas-dependentistas, o populismo surge com uma configuração "desviante da política", posto que a interpretação funcionalista se distancia do modelo liberal-democrático e a marxista desvia-se dos partidos operários e das ideologias socialistas. (Kaysel, 2012, p. 7)

Desse modo, de acordo com André Kaysel, as classes trabalhadoras ou "subalternas" surgem como destituídas de "auto-organização" ou "consciência de

²¹ Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe.

classe”, e isso poderia torná-las "heterônomas" e "disponíveis à incorporação 'pelo alto'." De forma geral, a política e a sociedade geralmente são avaliadas de modo depreciativo na América Latina, geralmente contrastando com os acontecimentos do capitalismo avançado. (Kaysel, 2012, p. 7)

Sendo originário de categorias histórico-estruturais específicas, compreende-se que o populismo represente, igualmente, um fenômeno restrito a essas categorias, predestinado a ser suplantado juntamente com as condições a ele inerentes. Por essa razão é que se fomenta a característica frequentemente dada ao populismo como sendo uma acomodação política "que sustentaria a industrialização por substituição de importações", em que a crise das importações desencadearia de modo implacável a crise da indústria. (Kaysel, 2012, p. 8)

Lado outro, no que concerne à diferenciação entre as formulações de Francisco Weffort e Octavio Ianni, destaca-se a construção do conceito de populismo. Desse modo, enquanto que para Weffort as massas populares não possuem tradição de auto-organização e consciência de classe; agiram como um "parceiro-fantasma", em que nos momentos decisivos da política foram utilizadas como um "bleff", pois, efetivamente, quem tomava as decisões eram os representantes da elite do país.

Para Ianni, as massas populares, no decorrer do período analisado, formaram-se e organizaram-se em termos de atividade política do proletariado, mesmo que sem fundamentar diretrizes e posições políticas autenticamente proletárias. Ademais, os elementos urbanização, industrialização, modernização e democratização constroem a noção de populismo como um modelo de política que envolve Estado e movimento social. (Monteiro & Silva, 2009)

Após as análises realizadas acerca dos estudos dos autores Octavio Ianni e Francisco Weffort, torna-se possível apresentar o seguinte quadro comparativo das formulações desses dois autores:

Quadro 1 - Balanço entre as formulações de Octavio Ianni e Francisco Weffort

AUTOR	OBRA ANALISADA	PROPOSIÇÕES CENTRAIS	PONTOS COMUNS
Octavio Ianni	<i>O colapso do populismo no Brasil</i> (1978)	<p>Populismo como uma política de massas específica de uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Populismo mais como um movimento político do que um partido político;</p> <p>Massas populares formadas e organizadas em termos de atividade política do proletariado, mas sem fundamentação em diretrizes e posições políticas autenticamente proletárias;</p> <p>Elementos urbanização, industrialização, modernização e democratização constroem a noção de populismo como um modelo de política que envolve Estado e movimento social.</p>	<p>São influenciados pelos estudos marxistas e funcionalistas, interpretando que o populismo aparece como um modelo desviante da política;</p> <p>Explicam o populismo sob a ótica das transformações do sistema social e econômico, analisando a crise que levou a passagem da sociedade rural de economia primário-exportador para a sociedade urbana de economia burguesa e industrial;</p>
Francisco Weffort	<i>O populismo na política brasileira</i> (1978)	<p>Conceito de populismo formado a partir da análise do período brasileiro de 1930 a 1964, em que Weffort relata uma crise da hegemonia das velhas elites agrárias, uma incapacidade de a burguesia ocupar esse lugar das velhas elites; e o Estado adquirindo autonomia e legitimando-se a partir do apoio das massas populares;</p> <p>Massas populares destituídas de auto-organização e de consciência de classe; massas populares como "parceiro-fantasma" na política;</p> <p>Compreensão das formas populistas de emergência das massas populares na política, bem como o duplo paradoxo do populismo, cujos grupos dominantes promovem a participação dos dominados e cujas massas servem de arrimo para o regime populista.</p>	<p>Utilizam as experiências europeias como modelo de comparação social, político e econômico, avaliando, assim, a América Latina de forma depreciativa;</p> <p>Classes trabalhadoras ou "subalternas" surgem como destituídas de "auto-organização" ou "consciência de classe", e isso poderia torná-las "heterônomas" e disponíveis à incorporação" pelo alto".</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que o populismo começou a apoiar-se nas Ciências Humanas no Brasil, na segunda metade dos anos 60, com a teoria da modernização, o pensamento dos integrantes do Grupo de Itatiaia, e com as interpretações ofertadas por Ianni e Weffort.

3.4

Ianni e Weffort: estabelecendo uma problematização

Realizada uma síntese sobre os estudos de Octavio Ianni e Francisco Weffort e tendo-se elaborado o quadro das principais "teorias populistas", passa-se a apresentar algumas críticas à noção de "populismo" utilizada como categoria explicativa por esses autores.

Importante crítico às formulações de Octavio Ianni, Daniel Aarão²² questiona a ausência de menções ao labor dos trabalhadores, tais como o agir consciente, disposição e competência de organizar escolhas, realizar avaliações e cálculos, entre outros fazeres comuns à classe. Na esfera que delimita o populismo, existe uma classe burguesa industrial consciente, integrada por líderes empreendedores, carismáticos e maquiavelistas, enquanto do lado do operariado encontra-se referência somente à massa, "- própria para amassar - de manobra." (Aarão, 2001, p. 353)

Para Aarão, nesse contexto, ainda que não nitidamente expressas, subjazem menções que caracterizam o marxismo-leninismo, em que os trabalhadores se unem em torno de interesses comuns, agindo conscientemente, ou formando uma classe, apenas diante de projetos e pareceres socialistas revolucionários. Não sendo assim, limitam-se à condição de serem apenas massa, instrumentos de outras classes que, certas dos seus interesses e negócios, manipulam as massas. (Aarão, 2001)

²² Historiador brasileiro, ex-exilado do período da Ditadura Militar, professor titular de História Contemporânea na Universidade Federal Fluminense e autor de importantes obras sobre a história das revoluções socialistas no século XX e das esquerdas no Brasil.

Mas como explicar, abstraindo-se as explicações estruturais, no campo da luta política propriamente dita, as inconsistências e a inconsciência - de massa - dos trabalhadores? O que faziam os portadores da consciência revolucionária, ou seja, as esquerdas socialistas e comunistas frente a este quadro? Infelizmente, permaneceram isoladas. Quando não, cooptadas pelo universo populista. (Aarão, 2001, p. 354)

Na leitura de Daniel Aarão, o autor Octavio Ianni é bastante "impiedoso" em sua avaliação sobre o período da política brasileira tradicionalmente denominada de "populista". Isso porque narra uma esquerda como quem não percebeu que "massa e classe não são expressões cambiáveis"; perda em "ilusões semânticas"; sem dedicação "à análise da realidade"; mantida nos "moldes da democracia populista", que, no contexto de impasse desenvolvido entre as culturas políticas da esquerda versus democracia populista, verifica-se que a populista foi vitoriosa. Por essa razão, explica Aarão que Ianni compreendeu que a esquerda foi pega de surpresa com o triunfo da ditadura militar, que a condenaria à reiterada ineficácia diante da alteração do quadro histórico brasileiro (Aarão, 2001, p. 355 e 356)

A obra de Ianni, segundo Daniel Aarão, seria resumida da seguinte forma:

[...] de um lado, do lado dos dominantes, lideranças superconscientes que, por processos mal esclarecidos, conseguem forjar uma cultura política hegemônica, um muro contra o qual nada podem a pertinácia e o talento das propostas alternativas. De outro: esquerdas iludidas, oportunistas, aprisionadas, engolfadas, desarmadas. No meio: as massas instrumentalizadas, galvanizadas, manipuladas. [...] Num panorama deste tipo, a ditadura fora uma consequência histórica." (Aarão, 2001, p. 356)

Aarão afirma, a título de síntese sobre o assunto, que o estabelecimento da ditadura militar, sufocando os movimentos de massas, surgiria para beneficiar a urgência da luta de classes. Os limites cada vez mais realçados das classes sociais apontavam para a derrocada da democracia populista, qualificada como uma etapa sobrepujada, no histórico do relacionamento entre as classes sociais. Desse modo, "A partir de seus limites, divisava-se a luta de classes, assim como no limite da ditadura de vocação fascista poderia estar a sociedade socialista". (Aarão, 2001, p. 357 e 358)

Daniel Aarão realça que a obra de Octavio Ianni finalizava com um otimismo contido e, sob diversos aspectos, ela foi recebida como um clássico da literatura acerca do populismo no Brasil. Prossegue, enumerando, dentre as razões de destaque, os seguintes fatos:

[...] porque eliminava as tradições políticas populares constituídas no período entre 1945 e 1964: trabalhistas e comunistas, e até mesmo as dissidências destes últimos, não tinham mais nada a dizer, e não havia nada a aprender com eles. Iriam para o museu - ou para o lixo - da história, juntamente com o *populismo*, sistema que os primeiros haviam encarnado e que os segundos tinham sido incapazes sequer de compreender, quanto mais de combater. (Aarão, 2001, p. 358)

Por outro viés, considerando-se as formulações críticas sobre a "teoria populista" de Francisco Weffort, Jorge Ferreira se destaca ao analisar *O populismo na política brasileira* (1978). Segundo Ferreira, ainda que o referido autor proporcione estudos desenvolvidos para a época, primeira metade dos anos 60, o próprio momento intelectual daquele período conferiu restrições teóricas aos escritos produzidos. (Ferreira, 2001)

Cuidadosa e detalhadamente, Ferreira explica e retoma considerações de Weffort que demonstram a perda de especificidade e de historicidade das personalidades e dos projetos que deveriam caracterizar as oposições, mas, ao contrário, ocupam o mesmo espaço e semelhante dimensão ao se voltarem ao povo, conforme transcrito a seguir:

Algumas vezes, personagem com tradições e práticas políticas distintas são tratados de maneira indiferenciada, perdendo-se, assim, especificidades e a própria historicidade dos projetos: "entre o populismo dos demagogos e o reformismo nacionalista de 1964 sempre existiram afinidades profundas de conteúdo. "Em um Estado como esse, alega, "não há lugar de destaque para as ideologias. Os aspectos decisivos da luta política - as formas de aquisição e preservação do poder - estão vinculadas a uma luta entre personalidades". Ao mesmo tempo que personaliza o passado histórico da sociedade brasileira, o autor dilui e, conseqüentemente, perde a especificidade dos projetos políticos em que estes líderes políticos se manifestaram. Assim, João Goulart, Leonel Brizola, Roberto da Silveira, Alberto Pasqualini, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt, entre outros, todos filiados a um partido político, o PTB, bem como a uma tradição política, o trabalhismo, surgem ao mesmo patamar que Jânio Quadros e Adhemar de Barros, políticos que o próprio Weffort caracteriza como fenômenos de São Paulo. Eles, por sua vez, são iguados à ala direitista-golpista da UDN, como Carlos Lacerda, ao general Eurico Dutra e a Juscelino Kubitschek. Todos, segundo indicações de Weffort, surgem na mesma dimensão porque se dirigem ao *povo*, sem distinguir as contradições de classe contidas nesta concepção. (Ferreira, 2001, p. 76 e 77)

Jorge Ferreira resume sua apreciação explicando que há diversos temas a serem observados na coletânea, mas que é importante ressaltar um determinado conflito no decorrer da explanação argumentativa de Weffort. Pontua que, em algumas passagens da obra, verifica-se que um conjunto de considerações manifesta

"uma interlocução, uma interação, nas relações entre Estado e classe trabalhadora, vistas como um processo legítimo". (Ferreira, 2001, p. 77)

Além disso, observa que Weffort, por outro lado, critica o formato liberal do populismo, explicando-a com base na manipulação e na demagogia dos líderes combinadas com o desconhecimento, ignorância e atraso das massas. Observa, também, que Weffort, em outras ocasiões, contesta suas próprias críticas à percepção liberal, ou seja, seus argumentos admitem leituras bem distintas. (Ferreira, 2001)

Nesse sentido, Jorge Ferreira exemplifica que, para Weffort, em 1930, surge "o fantasma do povo na história política brasileira", que começa a ser manipulado durante a ditadura Vargas e continua sendo "massa de manobra" durante os demais governos, embora Weffort reconheça essa massa seja a base para o poder dos líderes populistas. Outro exemplo apresentado por Ferreira como questionamento é o fato de Weffort ter atribuído um poder ao Estado que este nunca alcançara, mesmo considerando situações das ditaduras mais intolerantes. (Ferreira, 2001)

Jorge Ferreira explica que Weffort apresenta em seus estudos uma certa "tensão" e "ambiguidade" no relacionamento do Estado com a classe trabalhadora, eis que se encontram momentos de interlocução e manipulação. Ressalta que a relação em que o Estado está acima das massas ("de cima para baixo") teria sido a que se perpetuou nos estudos futuros de Weffort, em que se sobressaem os trechos que retratam as relações mais "caricatural" entre "as "massas" e os líderes "populistas": manipulação, emocionalidade, relações individuais, traição etc." (Ferreira, 2001, p. 79)

Diante das inconsistências detectadas nas teorias clássicas, eram necessários novos estudos sobre o período brasileiro compreendido entre 1946 a 1964. Foi somente em fins dos anos 90, sobretudo nos anos 90 e 2000, com as crescentes críticas à noção de "populismo", que começaram a surgir novas formulações.

Assim, no capítulo terceiro, cumpre-se o propósito de "reconstituir" esse período marcante da história do país, lembrando-se de que as formulações clássicas constituíram a abertura para as pesquisas posteriores acerca do tema.

Novos olhares: reconstituindo o período de 1946-1964

Apresentadas as principais formulações clássicas sobre a utilização do conceito de populismo para caracterizar o período político brasileiro compreendido entre 1946 a 1964, neste capítulo, propõe-se elaborar uma releitura da referida época, procedendo-se à seleção de autores e elementos pontuais sobre este tema o queremismo, trabalhadores/greves e o sistema partidário-eleitoral, para desacreditar determinadas premissas do populismo na política brasileira.

4.1

Principais expoentes na problematização do que se chamou de 'populismo na política brasileira'

Embora as teses tradicionais sobre o período de 1946 a 1964 sejam disseminadoras e de certo modo convincentes de que o populismo tenha existido, essa realidade começou a se alterar, principalmente a partir dos anos 90 e 2000, quando importantes vozes²³ começaram a recusar aquelas abordagens clássicas, propondo-se a apresentar uma revisão crítica do conceito de populismo no Brasil, como categoria explicativa, e ressaltar a experiência democrática do período.

Neste tópico, recorre-se aos estudos dos autores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, principais expoentes na historiografia que questionaram a interpretação que foi feita do processo político nessa quadra histórica, apresentando enfoques alternativos.

²³ Neste sentido, destacam-se as abordagens de Jorge Ferreira, Angela de Castro, Elina Pessanha, Regina Morel, Daniel Aarão, Francisco Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Maria Helena Capelato e Lucília de Almeida Neves.

4.1.1

Sob o foco dos estudos de Jorge Ferreira

Jorge Ferreira é doutor em História Social, professor Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense e um dos estudiosos que, a partir, principalmente, dos anos 1990 e 2000, vem questionando as formulações tradicionais e ressaltando a experiência democrática do período.

O autor explica que há uma escassez de pesquisas nesse período da História do Brasil, comparando-se a outros, além de essa parca história política ser muito descritiva e orientada por interpretação marxista, muito economicista e determinista. Arraigadas no imaginário acadêmico, as imagens do período desqualificam acontecimentos da época, caracterizando o sindicalismo, a democracia e a própria instituição republicana, essencialmente como populistas. Não há dúvida de que as versões veiculadas desabonam o processo democrático brasileiro. (Ferreira, 2006)

O referido autor acrescenta que tais imagens, cultivadas no imaginário acadêmico junto ao pouco interesse dos historiadores que macularam o período, reverteram em uma caracterização das instituições liberais-democráticas e republicanas e do movimento sindical como sendo todos populistas. Por muito tempo, a vivência democrática, iniciada em 1945 com o fim do Estado Novo e encerrada com o golpe civil-militar de 1964, ficou conhecida depreciativamente como período populista, república populista ou democracia populista, sendo essas expressões difundidas por livros didáticos e por outros textos acadêmicos e universitários. (Ferreira, 2013).

Construiu-se, pois, uma imagem da política brasileira entre 1930 e 1964 como espaço de "populistas" e "pelegos". Tal imagem elaborada pelas oposições liberais foi acomodada na teoria, que cumpriu o papel de reforçá-la e sedimentá-la, nas gerações de alunos de cursos de níveis médio e superior, na área de ciências humanas, reforçando a existência do populismo brasileiro, de tal modo que abarcou o longo período conforme transcreve:

Assim, personagens de diferentes tradições políticas foram reduzidos a um denominador comum: líderes trabalhistas como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola e até mesmo Miguel Arraes perfilaram-se ao lado de políticos

regionais paulistas, como Adhemar de Barros e Jânio Quadros; de um general anódino, como Eurico Dutra; de um udenista, como Carlos Lacerda; e de uma figura ainda mal estudada, como Juscelino Kubitschek. Após 1964, o próprio general-presidente João Figueiredo igualmente entrou no rol, segundo algumas análises. (Ferreira, 2001b, p. 10-11)

Apesar de pouco ou nada explicar, essa noção de 'populismo' tornou-se tão flexível e, de certo modo, a-histórica, que tendia a tudo explicar. Tanto isso ocorreu que a desqualificação do regime democrático de 1946 fortaleceu com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, finalizando essa etapa.

As forças políticas apoiadoras do golpe de Estado e ancoradoras da ditadura se apoiaram em termos como corrupção, incompetência e demagogia para desqualificar o sistema, visto que o povo era "ingênuo" e sem "cultura política", facilmente manipulado por líderes políticos sem escrúpulos, aos olhos da "direita". No entanto, a "esquerda" já compunha representações igualmente sem méritos, sobretudo, quanto à manipulação dos operários por líderes reformistas e sindicalistas "pelegos", exteriores à classe. Enquanto a "direita" não reconhecia o cidadão consciente de seus direitos, para a esquerda não havia consciência dos interesses de classe. Circundando ambos, direita e esquerda, a imprensa e os intelectuais trabalhavam no sentido de consolidar a formação da imagem negativa que passaria a habitar o imaginário acadêmico brasileiro. (Ferreira, 2013, 151)

Jorge Ferreira afirma que o populismo constitui um dos conceitos que mais deprecia a sociedade brasileira, o que é corroborado pelos pesquisadores da atualidade que criticam a ampla generalização do tema. A amplitude do uso supõe que o termo possa abarcar personalidades de variadas tradições políticas sob os mesmos atributos. Em consequência, notáveis projetos políticos que movimentaram a sociedade perderam seu valor, sendo múltiplas as desqualificações que os envolvem. De modo geral, houve dificuldades de se demonstrar a importância dos direitos civis e de se avaliar os direitos políticos nos regimes liberais democráticos, em pesquisas conduzidas na área de História, optando-se por centrar as análises nas estruturas de "controle, dominação e coerção social". (Ferreira, 2013, p. 152)

De acordo com Jorge Ferreira, as teses tradicionais [...]

[...] afirmam o caráter artificial do sistema partidário, de pouco enraizamento na sociedade, sem consistência ideológica e ainda dominado por lideranças carismáticas; ou do "corporativismo" e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

que teriam desviado a classe operária de seus “verdadeiros” interesses, formalizando a “tutela” do Estado sobre os trabalhadores. Outras teses-falam do “agrarismo”, do “clientelismo” e da “tradição escravista do trabalho”. Algumas referem-se ao “patrimonialismo do Estado”. As instituições, por sua vez, seriam pouco representativas, tendo como exemplo o Congresso Nacional, ora visto como “reacionário e ineficiente”, ora definido como reflexo dos interesses econômicos privados. [...] Os estudos marcados pelo determinismo econômico complementam o quadro de desqualificação da experiência liberal-democrática no Brasil, sugerindo a incompatibilidade da sociedade brasileira com aquelas instituições. (Ferreira, 2013, p. 151-152)

Tais observações levam à constatação de que o senso comum ditava que os trabalhadores brasileiros não eram capazes de pensar por si sós, enfraquecidos diante das pressões ideológicas das classes dominantes, sendo passivos diante da doutrinação política, imposta a provincianos, depostos de tradições de luta, organização e consciência, aptos a idolatrarem Vargas e, desde 1945, a elegerem outros líderes populistas e a votarem no PTB. (Ferreira, 2001b)

Jorge Ferreira explana que o senso comum fez com que se firmasse a ideia de que "quem se desvia de um caminho previamente estabelecido como "não-populista" só pode ser, obviamente, um "populista". E prossegue afirmando que o populismo frequenta o vocabulário político brasileiro com base em "explicações frágeis e de difícil sustentação teórica e empírica". (Ferreira, 2001a, p. 13 e 14)

Para não corroborar as leituras que admite inaceitáveis, Jorge Ferreira propõe abandonar os modelos teóricos abstratos e afirma o seguinte: "escolhi o método histórico para estudar esse passado, ou seja, optei por resgatar as estratégias e escolhas políticas dos atores sociais que viveram essa época". Assume sua postura em sua obra *A democracia no Brasil (1945-1964)* (2006), em que apresenta "pesquisas e reflexões mais recentes sobre o assunto produzidas nas universidades. Em diversos momentos, recorro então a fontes de época, em particular à imprensa." (Ferreira, 2006, p. 9)

O professor é decisivo ao afirmar que a vigência do processo democrático foi efetiva e que as instituições democráticas funcionavam, assegurando ter se tratado de um regime democrático, devendo-se contestar quaisquer considerações da ordem de populista, república populista, democracia populista e, ou, pacto populista. (Ferreira, 2006)

Atesta que para viabilizar o regime democrático no Brasil, devem ter sido enormes as dificuldades, visto ter sido posterior ao autoritarismo dos anos 1930 e

ao liberalismo excludente da Primeira República, não tendo, portanto, a sociedade brasileira vivenciado situações de participação política ampliada. (Ferreira, 2013)

As análises de Jorge Ferreira ressaltam a experiência democrática de 1946. A Constituição foi eleita pela população, reunindo diversos setores da sociedade, incluindo liberais e comunistas. Assim,

[...] Embora sob forte influência dos valores liberais-democráticos do período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e com o repúdio ao autoritarismo do Estado Novo, os constituintes mantiveram alguns dispositivos implementados nos anos 1930. Evitaram o retorno à excessiva descentralização política da Primeira República e permitiram que o Executivo mantivesse suas prerrogativas ampliadas. Conservaram a legislação corporativista, reconhecendo que o modelo apresentava certo grau de consenso na sociedade e de apoio no movimento sindical. O pluralismo partidário, portanto, passou a coexistir com a unicidade sindical. Os constituintes estavam afinados com os ventos liberais-democráticos que vinham da Europa e dos Estados Unidos, mas não desconheciam as experiências vividas no próprio Brasil nos anos 1930. O resultado foi uma Constituição que sustentou a democracia-liberal, implantada, pela primeira vez, no Brasil. (Ferreira, 2013, p. 148)

A sociedade brasileira teve acesso aos direitos políticos com a Constituição de 1946. Desse modo, se na década de 1930 os brasileiros, sobretudo os assalariados, tiveram acesso aos seus direitos sociais (a exemplo dos direitos trabalhistas), foi a partir de 1945 que eles passaram a aprender "a lidar com os direitos políticos e a exercer os direitos civis", consolidando-se, assim, o "aprendizado de cidadania social". (Ferreira, 2013, p. 148-149)

Além disso, elementos como o surgimento de partidos políticos nacionais, afeiçoando-se aos seus eleitorados com programas ideológicos definidos; eleições sistemáticas e periódicas nos âmbitos federal, estadual e municipal; sufrágio universal; eleições com alta competitividade e fiscalizadas pela Justiça Eleitoral, ressaltam a experiência democrática do período. (Ferreira, 2013)

No entanto, Jorge Ferreira explica a recorrência da historiografia marxista em apoiar-se de modo especial em dois argumentos para desqualificar o caráter democrático da época: (a) o de que o Partido Comunista (PCB), no governo de Eurico Dutra, foi colocado na ilegalidade (o seu registro foi cassado), enquanto seus militantes foram perseguidos, sendo o movimento operário limitado pela repressão policial - isso porque o sentimento anticomunista surgiu no Brasil e em vários setores da sociedade, em consequência dos conflitos entre Estados Unidos e União Soviética; (b) a interdição do direito de voto aos analfabetos. (Ferreira, 2013)

Em relação ao Partido Comunista (PCB)²⁴, instalado na ilegalidade no governo de Eurico Dutra, Jorge Ferreira anuncia:

[...] devemos perguntar se, na mesma época, foi diferente na maior democracia ocidental, os Estados Unidos, em que atuavam os comitês de atividades antiamericanas, o macarthismo; as listras negras de artistas e intelectuais, a lei Taft-Hartley e o Communist Control Act, bem como o FBI intrometendo-se na vida privada dos cidadãos. Todo esse conjunto de medidas acuaram as esquerdas e o movimento sindical daquele país, alimentando a histeria anticomunista. Nos Estados Unidos e na Alemanha (antiga Ocidental), os partidos comunistas também foram declarados ilegais – e nem por isso tais países foram denunciados como “não-democráticos”. (Ferreira, 2013, p. 149 e 150)

Quanto à interdição do direito de voto dos analfabetos, para Jorge Ferreira, seria necessário considerar, naquela época, a ampliação do direito ao voto no Brasil. Daí por diante, o alistamento eleitoral não parou de crescer, chegando a 18,5 milhões de cidadãos votantes em 1962, o que corresponde a duas vezes e meia em comparação a 1945; e 12 vezes a mais que em 1933. No caso das eleições presidenciais, dobrou o número de participantes, visto que foi de 6 milhões de votantes na primeira eleição para presidente, alcançando o dobro em 1960. (Ferreira, 2013, p. 150)

Em resumo, os estudos do referido autor contribuem de modo significativo para se proceder à reconstrução do processo político e dos projetos econômicos praticados no período de 1945 a 1964.

4.1.2

Sob a lente dos estudos de Angela de Castro Gomes

Angela de Castro Gomes é doutora em Ciência Política e professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. A crítica emergente das

²⁴ Sob outro prisma, Jorge Ferreira admite ser necessário considerar que houve alterações e ritmos diversos nas relações entre o movimento comunista no Brasil e o Estado. Isso porque o autor pontua que "Se durante o governo Dutra a repressão policial aos militantes revolucionários foi violenta, em 1951, João Goulart, na presidência do PTB, avalizou aliança entre os trabalhistas e os comunistas no plano sindical. Em sua gestão no Ministério do Trabalho, dois anos depois, os pecebistas assumiram a direção de sindicatos sem perseguições ou empecilhos legais. Durante os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eles agiram livremente, em situação de semi-legalidade." (Ferreira, 2013, p. 150)

análises de Gomes à formulação hegemônica do conceito de populismo, para caracterizar a vida política brasileira no período 1945-1964, fundamenta-se na tese de doutoramento da referida professora, intitulada *A invenção do trabalhismo* e defendida em 1987, no IUPERJ.

Segundo Angela de Castro Gomes, ela cursava a universidade, precisamente pós-64, quando o regime autoritário se abateu sobre o país. Nesse contexto, a autora explica que não foi por acaso que muitos estudiosos à época passaram a se dedicar a temas como autoritarismo, igualdade de participação política e direitos da cidadania. (Comunicação Pessoal)²⁵

Detalha, ainda, que, no doutorado, volta-se, principalmente, para a classe trabalhadora, que é o outro ator político fundamental, pois estava interessada em pensar na questão da participação política de "subextensão" dessa classe trabalhadora. Afirma sua pretensão de discutir esse processo histórico, a partir da formação de atores fundamentais no Estado que conta com o próprio Estado como ator político, junto aos outros atores; os trabalhadores e os empresários. (informação verbal)²⁶

Acerca de seus estudos e de sua formação, admite ter reunido leituras, obtidas da História e da Ciência Política e em menor parte da Antropologia, que certamente embasaram sua desconfiança nas "dicotomias como autonomia *versus* heteronomia"²⁷, e a ajudaram a se afastar da abordagem feita ao populismo, enquanto ponto explicativo do momento político vivenciado na época (Gomes, 2005, p. 9)

No entanto, é válido salientar o quão profícuo é o embasamento da crença da autora ao construir um pensamento proficiente para questionar ou negar a abordagem do termo "populismo", relacionando o termo "trabalhismo" como uma das adequações mais próxima da época, conforme se pode conferir no excerto seguinte:

²⁵ Gomes, Angela de Castro, (III Seminário de Laboratório de História Política e Social (LAHPS) do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF). Campus UFJF- MG. Comunicação Pessoal. 27 de junho de 2019.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Segundo Angela de Castro Gomes, "a heteronomia da classe trabalhadora (essa era uma palavra que vinha das Ciências Sociais) quer dizer o seguinte: a classe trabalhadora não é autônoma, esses sujeitos são tutelados, são manipulados". (Comunicação Pessoal, 2019).

As ideias de uma classe trabalhadora “passiva” e sem consciência, sendo “manipulada” por políticos inescrupulosos que a “enganavam”, e que não tinham, na verdade, representatividade política e social. O que eu pretendia demarcar era justamente que não aceitava esta concepção, nem de classe trabalhadora, nem de pacto político. O uso da “palavra” populismo, assim, me pareceu algo extremamente danoso para enunciar o que eu desejava defender, e a “palavra” trabalhismo, cuja invenção eu acompanhava em minha análise histórica, surgia como muito mais adequada para a proposta da então tese. (Gomes, 2001, p.55)

Desse modo, fica esclarecida a intenção da autora de investigar o histórico de como foi instituída a classe trabalhadora no Brasil, considerando-se o seu papel de sujeito que se propunha a realizar escolhas em um universo de possibilidades. Recusava-se a transitar por uma abordagem que remetesse os trabalhadores a uma posição política passiva. (Gomes, 2001)

De acordo com Angela de Castro Gomes, a primeira e maior dificuldade, teórica e histórica, relacionou-se à possibilidade de utilizar o conceito de populismo, uma vez que suscitava a ideia de manipulação política, mesmo considerando as ambiguidades peculiares. Observa que tudo o que se caracterizava como populista realçava a dimensão de controle/ação do Estado sobre as massas, visto que um dos pontos mais intrincados dessa consideração era a própria negação do estatuto de classe aos trabalhadores que compunham as massas. (Gomes, 2001)

Para a professora em realce, acionar um papel ou cobrar uma presença constante no diálogo com o Estado significava constatar uma interação entre atores com diferentes recursos de poder, mas capazes, em mesmo nível, de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, relendo-as e interpretando-as. Essa postura distanciava a dualidade, muito vigente, entre heteronomia e autonomia da classe, como forma de designar e explicar a ausência de lideranças sólidas e a “falta de consciência” ou a “consciência possível”. Esse aspecto era relevante porque se juntava à explicação do sucesso das lideranças populistas, nunca provenientes da classe e, portanto, com o poder de colocar sob dúvida aqueles que se relacionavam com elas, a exemplo das lideranças sindicais pelegas do regime populista, entre “ingênuos e traidores”. (Gomes, 2001, p. 46-47)

Na sequência, reafirma que “*A invenção do trabalhismo*” começou a ser pensada e produzida no exato contexto acima descrito e que o foco era o diálogo, até então amplos nos estudos que abordavam movimento operário/sindical, e que, em seguida, passaram a ser denominados de “sociológico” e “político”. No entanto, a maior preocupação não consistia apenas na produção da discussão teórica, mas,

em se assumir uma expectativa interdisciplinar, produzindo uma outra perspectiva da história, fundamentada em pesquisa sobre a formação da classe trabalhadora, tanto empírica quanto ancorada em contribuições remanescentes do âmbito internacional. (Gomes, 2001, p. 44-45)

Angela de Castro Gomes vislumbrou que vários pontos se uniram como objeto de flexibilização e, ou de questionamentos. Inicialmente, urgia repensar a ruptura assinalada pela Revolução de 1930, como assinaladora de dois “tempos” para o movimento operário, em que um se aparentava “heroico” e o outro como “alienado”. A razão é o modo como se compunha a classe trabalhadora, já não mais constituída de imigrantes estrangeiros (qualificados e politizados) mas, agora, por migrantes rurais (sem qualificação e sem tradições políticas); e pelo fato de o ano de 1930 ter sido o ano marco da intervenção desordenadora do Estado; aspectos estes que, juntos, contribuíram para desmontar a classe. (Gomes, 2001, p. 45)

Desse modo, Angela de Castro Gomes explica que a opção não era apenas construir relações de continuidade e de descontinuidade entre os dois tempos, visto que as transformações não eram ignoradas nem negadas, mas também [...]

[...] defender, teoricamente, que um processo histórico de construção de classe não sofre “desvio”, pois não há um modelo prévio de percurso a ser seguido e muito menos um resultado modelar a ser alcançado. Tais formulações implicavam considerar uma classe trabalhadora diversificada e afastada de purismos ideológicos, e uma ação estatal como variável de interlocução, o que precisava ser qualificado para além de uma intervenção espúria que quebrava a ordem natural de um processo. (GOMES, 2001, p. 45 e 46)

Para a autora socióloga, a concepção de um “pacto” era um meio de realçar a relação entre atores desiguais, mas sem a presença de um Estado “todo-poderoso”, nem uma “classe passiva”. A coerência desse pacto precisava ser entendida numa perspectiva temporal mais ampla, conectando o período pré e pós-30, com as respectivas experiências vivenciadas pela classe trabalhadora e pelo Estado. (Gomes, 2001, p. 47 e 48)

A autora se contrapõe “a uma forte interpretação que explicava o sucesso populista como o resultado de um cálculo utilitário em que ganhos materiais eram trocados por obediência política, claramente referida à dimensão da manipulação.” (Gomes, 2001, p. 48)

Aponta que, diante dos estudos desenvolvidos sobre o trabalhismo, no início da década de 40, em que o discurso operário, construído de forma lenta e

diversificada nos anos da Primeira República, foi apropriado e ressignificado, faz surgir a necessidade de repensar questões vivenciadas, nas décadas de 30 e 40, os motivos que levaram os trabalhadores a participarem do momento em que se implementou o modelo de sindicalismo corporativo, e nas décadas de 50 e 60, "a complexa dinâmica de atuação política que envolve sindicatos, partidos e Estado, e que tem seu ponto forte na questão da experiência/vivência do corporativismo". (Gomes, 2001, p. 49)

Desse modo, os benefícios materiais que efetivaram todas as análises anteriores, de acordo com Gomes, serão "recebidos" e interpretados pela classe trabalhadora que os acolherá e utilizará conforme suas possibilidades e vivências. Assim, entende-se que o pacto trabalhista tem nesses benefícios, de modo integrado, mas não redutível, tanto a "palavra e a ação do Estado", quanto a "palavra e a ação da classe trabalhadora"; ressalta-se que nenhum dos dois atores constitui uma totalidade harmoniosa, estando em permanente processo de reconstrução. (Gomes, 2001, p. 48)

Destarte, os estudos de Angela de Castro Gomes funcionam como delineadores de preocupações, objeções e propostas alternativas em relação ao período da primeira experiência democrática brasileira adjetivado como "período populista".

4.2

Análise de temas fundamentais para a compreensão do período

Neste tópico, o movimento queremista, os trabalhadores e as greves, assim como o sistema partidário-eleitoral são analisados como temas fundamentais para a compreensão do período e para ressaltar a vigência do processo democrático nessa época.

4.2.1

O movimento queremista

O queremismo, expressão literalmente alcunhada do verbo querer, com força e convicção, surgiu no cenário político da transição democrática formando um movimento de protesto dos trabalhadores, atemorizados pela possibilidade de perderem a cidadania social em fruto da conquista das lutas travadas na década anterior. (Ferreira, 2006).

Para melhor compreender o que neste tópico se explica, observe-se a extensão e os dizeres do 'singelo', mas consciente e importante movimento:

[...] centenas de pessoas, de aparência humilde, profundamente indignadas, chegaram à praça e, batendo em panelas, começaram a vaiar os jovens. Aos gritos, elas exclamaram: “Abaixo o Partido Republicano Paulista!”, “Viva os trabalhadores!” e, surpreendentemente, “Nós queremos Getúlio!” (FERREIRA, 2006, p. 14)

O fato de em 1945 os trabalhadores voltarem às ruas em sinal de protesto, para exigir que fosse garantida a permanência das leis trabalhistas, o que resultava do aprendizado da luta pela conquista da cidadania social afirmada na década de 1930, esse momento foi crucial para a constituição da democracia brasileira, revelando e repetindo em 1945, a continuidade do exercício da cidadania política. (Ferreira, 2006)

Em seu artigo *A democracia no Brasil (1945-1964)*, Jorge Ferreira explica esse movimento de abril de 1945, a partir do surgimento das frases: “Queremos”, “Nós queremos” e também “Nós queremos Getúlio”. Em maio do mesmo ano, estava difundido por todo o Brasil o lema “Queremos Getúlio”, arraigado em um movimento de cunho popular, sem direcionamento determinado, mas com o nítido ideário político de assegurar a continuidade do governo Vargas no poder. O queremismo rapidamente aclarou-se pelo país. (Ferreira, 2006, p. 15)

Jorge Ferreira evidencia que naquele exato momento, final do ano de 1944 e início do ano de 1945, examinando-se o contexto político da época, era possível encontrar mudanças de um velho para um novo mundo, totalmente diverso ao de quando Vargas chegara ao poder. Os pensamentos autoritários, muito disseminados no Brasil, após a Primeira Guerra, e implementados nesta nação nos anos 1930,

passavam, então, por acirradas críticas. Com essa mudança de pensamento, houve a revalorização dos ideais democráticos. (Ferreira, 2006)

A imprensa, não sendo mais cerceada, iniciara um duro ataque ao presidente. Os proprietários dos jornais, indignados com a censura, acusavam-no de ser um "ditador, fascista, tirano, demagogo, hipócrita, traidor e opressor dos operários". No que concerne ao Estado Novo, este foi de modo semelhante caracterizado como um "regime tirânico, fascista e habituado a enganar os trabalhadores", além de qualificar a legislação sindical e trabalhista expressamente como marcas do fascismo no Brasil. Desse modo, as notícias veiculavam nessa mídia que as leis sociais significavam "mistificações e hipocrisia" de Vargas. (Ferreira, 2006, p. 14)

Reforçando esse panorama político, os estudantes promoveram um comício na Praça da Sé, em São Paulo, exibindo cartazes e faixas anunciando as categóricas reivindicações de "Anistia aos presos políticos", de deposição do governo "Fora o getulismo", além de recados doutrinadores de que "Nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo". Ferreira anota, também, que durante o protesto os oradores gritavam, de modo intenso e veemente "vivas" à democracia e clamavam pelo fim do Estado Novo, reivindicando, também, a morte do ditador. Contudo, nesse mesmo palco, para a grande surpresa dos manifestantes, os trabalhadores defendiam Vargas, levando a questionar como se poderia explicar o apoio dos assalariados ao governo ditador. (Ferreira, 2006, p. 14)

Os liberais passaram a explicar, com palavras simples, utilizando-se da imprensa, que essa grande simpatia dedicada ao presidente, pelos trabalhadores, devia-se ao fato de que, durante a ditadura, Getúlio Vargas teria utilizado as técnicas de propaganda nazista de massa da Alemanha e as aplicava, com a ajuda do DIP²⁸, à "pobre" e "analfabeta" população brasileira, considerando-a ignorante, e por isso afeita a essa visão deturpada, que mais funcionava como uma lavagem cerebral a esses trabalhadores temerosos e destituídos de uma cultura política própria, o que os levava, portanto, a idolatrar o ditador. Os liberais afirmavam que a solução para os conter seria fazer uso da repressão policial. Essa alternativa liberal fundamentava-se em um raciocínio bem simples: de um lado, um povo ignorante e simples; do outro, as habilidosas técnicas de propaganda política. Em resumo, essa

²⁸ Departamento de Imprensa e Propaganda utilizado como instrumento de censura no período do Estado Novo.

era a fórmula que assegurava o sucesso de Vargas, para fundamentar tais ações. (Ferreira, 2006, p. 14)

No entanto, a releitura desse período demonstra, também, que os trabalhadores atribuíam à "pessoa" do governo Getúlio Vargas a garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas, assolados pela lembrança do que haviam vivido no período que antecederia o ano de 1930, sendo conhecedores de como era a realidade de um país sem leis que protegessem o trabalhador, e a vida na fábrica era domada tão-somente pelo arbítrio patronal, muitas vezes abusivo, sem a legislação social. A diferença estava na certeza de que no período de Vargas, entre 1931 e 1934, tiveram a oportunidade de participar de uma marcante experiência histórica. Naqueles quatro anos, toda a legislação trabalhista, exceto a instituição do salário mínimo, havia sido publicada, com a definição de limites da jornada de trabalho, regularização do trabalho feminino e infantil, assegurando direito a horas extras, repouso semanal remunerado, direito a pensões, férias e aposentadorias, a importante criação da Justiça do Trabalho, entre outros direitos que representavam um forte impacto das leis sociais entre os assalariados, na certeza de tais leis não poderiam ser minimizadas. (Ferreira, 2006, p. 15)

Sendo assim, é possível compreender que o reconhecimento manifesto a Vargas não se esclarece pela eficácia da máquina de propaganda do DIP, conforme almejaram as oposições liberais, mas, acima de tudo, pela maneira como a cidadania social fora alcançada pelos trabalhadores. Considerando-se essa alteração da história, entende-se que, diante das oposições liberais, agredindo a legislação social, taxando-a de obra fascista, os trabalhadores sentiam-se acuados e viam os direitos, ora conquistados, fortemente ameaçados. (Ferreira, 2006)

Por conseguinte, ocorreram mudanças rápidas e que foram muito significativas. A movimentação feita a partir do lema de ordem “Queremos Getúlio”, o movimento iniciou o reconhecimento de proceder à institucionalização da política, por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte. Assim, os queremistas, então, comprometidos com a democracia, compeliram a luta pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores. Sabiam ser necessário assegurar os direitos sociais já obtidos, mormente, por meio da legislação trabalhista. Acreditavam que a ameaça de perder esses direitos mostrava-se real, principalmente, com uma transição política que não passasse pelo controle de Vargas. Sendo assim, para os assalariados, somente estando as leis sociais escritas

na Constituição, esse público se sentiria seguro, exercendo plenamente as cidadanias social e política. Desse modo, a presença de Vargas no governo, durante a Constituinte, passou a ser imperiosa, tanto para garantir os seus direitos quanto para ampliá-los. Dessarte, o lema “Constituinte com Getúlio” passou a expressar para os trabalhadores uma "escolha" política, que se explicava pelos seus próprios interesses como personagem político. (Ferreira, 2006, p. 20)



Fonte: Folhapress.

Figura 1- Movimento queremista. Legenda: "1950 - Multidão com faixas e cartazes no largo da Carioca, no Rio de Janeiro (RJ), durante comício Queremista".

Os queremistas, por certo contribuíram para que houvesse um aprendizado:

Os queremistas visavam separar a pessoa do presidente das leis trabalhistas. Desse modo, o que garantiria a cidadania social não seria um indivíduo - Vargas -, mas sim as instituições. A legislação trabalhista seria garantida pela Constituição. [...] A mudança de raciocínio representa um aprendizado, sem dúvida. (Ferreira, 2006, p. 20-21)

A relevância do acontecimento se deu em relação à proporção política alcançada pelas mobilizações queremistas. Isso porque, ao votarem no PTB e no PCB, os trabalhadores manifestaram de forma consciente sua vontade política, pautada em seus direitos e interesses. Além disso, antes desse episódio, os chefes políticos republicanos nunca haviam sido derrotados em seus próprios currais eleitorais. E, por mais que Getúlio Vargas não tenha continuado no poder, Eduardo Gomes, candidato udenista, também não se elegeu. (Ferreira, 2006)

A interpretação desse recorte histórico permite conjecturar nesse movimento uma participação dos trabalhadores na vida política do país, em uma ocasião determinante para a constituição da democracia brasileira.

4.2.2

Trabalhadores/greves

A participação dos trabalhadores, e não meramente sua dependência ou manipulação, no pacto pelo qual Estado e classe trabalhadora se distinguiam como partes interessadas na consecução de um sistema de ordem renovado e não mais autoritário, buscou consolidar uma ação expressiva que se reverteria no reconhecimento dos atores nela envolvidos. (Gomes, 2005)

No entanto, não se há de desconsiderar que a produção historiográfica dos primeiros anos da década de 1970 aguçava as rupturas e mencionava os anos de 1930 a 1964 como um longo período em que preponderou o controle e a manipulação estatal, de modo que o resultado dessa prática e orientação teria sido a submissão do movimento operário ao populismo, a que estaria ligado o seu próprio destino, que os levara ao mesmo despenhadeiro em 1964. (Silva & Costa, 2001)

Relatos de que o "fracasso da esquerda" e, conseqüentemente, da classe operária estavam predeterminados nas propriedades do jogo político forjado pelo Estado e pelo PCB, desde 1945, levando à necessidade de uma análise de ocasiões específicas que teriam limitado ou criado oportunidades para a ação operária. (Silva & Costa, 2001, p. 254)

Desse modo, de acordo com Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa, contrariando as teses que enfatizam a carência de democracia no interior do movimento sindical e a atuação manipuladora das lideranças, novos estudos mostraram que a confiança de muitos trabalhadores em dirigentes sindicais de esquerda era proveniente, sobretudo, da celeridade desse movimento para solução de problemas cotidianos de diversas categorias profissionais. Observam que, geralmente, os líderes não formavam uma categoria à parte, e os trabalhadores não eram apenas uma massa manejada pelos compromissos políticos dos líderes. Diante da necessidade dos comunistas de adentrar na experiência de classe, o desempenho

de militantes intermediários entre "bases" e "cúpulas" precisou dar sustento ao prestígio deleitado pelo sindicalismo de alento nacionalista. Desse modo, muitos trabalhadores adotaram bandeiras representativas de suas lideranças, sem atender a apelos formais; mas certos de que requerimentos de dirigentes sindicais careciam de "ideias-força", dentre elas devendo constar a dos direitos, por certo, mais mobilizadora que um amplo planejamento nacionalista. (Silva & Costa, 2001, p. 256-257)

Estudos críticos apontam que importantes experiências da história dos trabalhadores no período pré-64 foram suprimidos pela imagem da sujeição dos trabalhadores ao populismo, conferindo-lhes um perfil que prevaleceu no meio sindical e acadêmico (Silva & Costa, 2001)

Nesse sentido, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa dedicaram seus estudos para [...]

[...] recompor o período de 1930 a 1964 por meio da desconstrução de certos mitos que têm focado o problema da participação política dos trabalhadores e suas instituições no dilema do entrecruzamento de um Estado "perverso" e de uma sociedade civil "vitimizada" pelos excessos do poder público que teria caracterizado a "era Vargas". À procura da resposta para explicar o que estava errado com a sociedade brasileira e, por derivação, com a classe operária, muitos autores teriam encontrado a chave da nossa cambaleante cidadania em relações sociais estruturadas por valores culturais que tenderiam a priorizar os aspectos integradores, comunitários e cooptativos em detrimento do conflito, da competição e da disputa de interesses. Na vertente das interpretações que enfatizam os aspectos políticos e ideológicos das relações de classe, a emergência dos conflitos foi, em parte, desativada pela manipulação de lideranças populistas e da esquerda, ambas reforçando-se mutuamente por acreditarem que as transformações sociais seriam o resultado da intervenção do poder estatal. Muitos trabalhos procuraram interrogar, contudo, o que não ia bem com esses modelos de análise. Mais do que a sociedade que pretendiam explicar, tais modelos é que pareciam ser responsáveis pelo ocultamento de uma dinâmica de lutas e diferenças capaz não apenas de suplantar a lógica da acomodação, da aquiescência e da reciprocidade, mas também de utilizá-la material e simbolicamente contra os princípios, as intenções e os atores que pretendiam castrar aquela dinâmica. (Silva & Costa, 2001, p. 267 e 268)

Silva e Costa observaram que diversos pesquisadores, desencantados com as grandes sínteses, vêm permitindo que a teoria seja contemplada por inúmeros estudos empíricos que estão expandindo a visão das fontes até então pesquisadas. Esse novo conjunto de produção acadêmica tende a alterar significativamente o cenário historiográfico, fornecendo um novo viés para a interpretação da classe operária "nos anos populistas". (Silva & Costa, 2001, p. 268)

As novas análises ressaltam a lacuna interposta entre a retórica que favorece os operários, por parte dos líderes populistas, e a efetivação de sua prática. Desse modo, as configurações de organização dessas "greves de massa" proporcionam um peso categórico na apreensão do relacionamento entre trabalhadores e populismo. (Silva & Costa, 2001, p. 260)

Analisando-se a "greve dos 300 mil", datada de março de 1953, em São Paulo, Jorge Ferreira (2006) explica que [...]

Com a inflação em crescimento, em março de 1953, na capital paulista, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil declarou greve por melhores salários, sendo acompanhado, logo a seguir, pelo dos metalúrgicos. Embora a Delegacia Regional do Trabalho tivesse declarado esses movimentos ilegais, outras categorias, como a dos carpinteiros e a dos gráficos, também paralisaram suas atividades. Manifestações e passeatas promovidas pelos operários foram violentamente reprimidas pela polícia política, que efetuou centenas de prisões. Mas pouco adiantou a repressão policial. Indignados com as grandes perdas salariais, trabalhadores dos setores de vidro, gás, construção civil, calçados, doces, conservas, tintas, cerveja e telefonia também paralisaram as suas atividades, todos reivindicando entre 50% e 60% de reajustes salariais. (Ferreira, 2006, p. 30)



Fonte: São Paulo in foco.
Figura 2 - Greve dos 300 mil.

Isso significa que o movimento adotava a extensão de uma greve generalizada, posto que as desordens de rua entre manifestantes e policiais intensificavam-se, em momentos que a população respondia com pedras e tijolos aos disparos de metralhadora. Os ânimos dos operários eram acirrados pelos novos feridos e presos; e esse movimento se expandia, invadindo os maiores centros do operariado, como Osasco, Taubaté, Santos, Sorocaba, Jundiaí e Ribeirão Preto. Passado um mês de grandes tensões e desordens violentas, as partes chegaram a um ajuste, e o Comitê Intersindical da Greve, reunindo diversos sindicatos, acolheu a "oferta patronal de um reajuste médio de 32% nos salários e garantias para os manifestantes presos". Terminou, pois, vitorioso, esse movimento conhecido como a Greve dos 300 Mil. (Ferreira, 2006, p. 30)

Os movimentos grevistas em São Paulo e no Rio de Janeiro apontaram "A insatisfação dos trabalhadores com as perdas salariais demonstrou que o apreço dedicado a Vargas não era incondicional." (Ferreira, 2006, p. 30-31)

Após o final do ano de 1953, o movimento sindical ampliou significativamente as suas ações, não se limitando a pressionar patrões e governo por reajustes salariais e a detonar greves. Os sindicalistas se mobilizaram e iniciaram lutas visando a ampliar a dimensão da política, sobretudo, a eleitoral. Os presidentes de vários sindicatos lançaram no Rio de Janeiro o manifesto-programa da Frente dos Trabalhadores Brasileiros (FTB), em meados do mês de novembro de 53. O documento dessa Frente dos Trabalhadores (FTB) almejava incorporar todos os trabalhadores, sem restrições, e apresentar candidatos a comandos eletivos. O plano visava também questões como a reforma agrária e a nacionalização dos bancos e das companhias que exploravam o subsolo, por exemplo. "Os operários reconheceram nessas reivindicações as teses defendidas por trabalhistas e comunistas". (Ferreira, 2006, p. 32)

E a organização pautou-se em cuidadosa descrição de um manifesto político, destinado a líderes sindicalizados em São Paulo, de várias categorias, quais sejam: "metalúrgicos, têxteis, ferroviários, borracheiros, vidreiros, marceneiros e hoteleiros" -, de maneira similar ao que fora lançado pelos companheiros cariocas, em janeiro de 1954. (Ferreira, 2006, p. 32)

O documento convocava os trabalhadores a se unirem, por meio de uma frente única empenhada na luta pelo programa mínimo apresentado por ela. Pela proposta, cada categoria profissional deveria aprovar um conjunto de reivindicações e lançar o seu candidato para concorrer às eleições. O operário escolhido não teria compromissos de caráter político-partidário, apenas com “aquilo que é fundamental para a sua classe”. Unidos em torno de um programa comum, o manifesto ainda defendeu, de acordo com o Última Hora de 29 de janeiro de 1954, uma mesma palavra de ordem para todos os assalariados: “Trabalhador não vota em ‘tubarão’. Trabalhador vota em trabalhador”. (Ferreira, 2006, p. 32-33)

Em bem curto espaço de tempo, os dirigentes sindicais irromperam o cerco político, jurídico e policial que imperava desde o governo Dutra e, demonstrando revolta com as grandes perdas salariais, deflagraram consecutivas greves. Como prova de insatisfação, uniram-se com a finalidade de fazerem parte do processo político, escolhendo seus próprios candidatos para comporem o Legislativo. Nessa ocasião, aos líderes sindicais, não mais bastava eleger profissionais da política para sua satisfação, desejavam, além disso, atuar, também, politicamente, no Parlamento. (Ferreira, 2006, p. 33)

Os trabalhadores conheciam, nas suas lutas, o papel determinante exercido pelo que, naquela época, era chamado de getulismo. A terminologia era capaz de traduzir o processo que possibilitou aos assalariados terem acesso à legislação trabalhista, social e previdenciária, além da confiança de que, por viverem de seu trabalho, "tinham direitos a ter direitos sociais". (Ferreira, 2006, p. 33)

Isso significa que getulismo, apregoava, pois, o modo de os assalariados alcançarem a sua cidadania social. Tal constatação levou alguns cientistas sociais a afirmarem que Vargas foi o primeiro presidente da República a admitir que o operariado não se constituía de uma categoria de indivíduos "desprezíveis", "perigosos" ou "ignorantes". O reconhecimento de Vargas pelos trabalhadores não decorria de subserviência ou de manipulação, isso porque o operariado não renunciou, por exemplo, "à ação direta, à greve, à auto-organização, nem mesmo ao direito de votar nas esquerdas trabalhistas e comunistas". Por outro lado, concomitantemente, a CLT não extinguiu os conflitos, muito menos evitou que os operários identificassem, em diversos momentos, governos e patrões em conjunto contra eles. (Ferreira, 2006, p. 33)

Um significativo momento que se extrai da análise da "greve dos 400 mil", que aconteceu em outubro de 1957, em São Paulo, está expressa nos seguintes dizeres dos historiadores Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa:

Não obstante suas palavras de ordem de cunho mais pragmático e doutrinário, os militares do PCB souberam canalizar as demandas operárias originadas nos locais de trabalho e no seio de parte considerável da população atingida pela carestia e pela corrosão salarial. O Pacto de Unidade Intersindical (PUI), visto em geral como a versão acabada do sindicalismo cupulista, aparece como um canal privilegiado de expressão das reivindicações operárias e de indignação contra a política econômica do governo. Essa greve é ainda um momento privilegiado para entendermos a relação entre líderes sindicais e políticos populistas em um cenário de lutas em que se expressavam diferentes interesses de grupos que disputavam o governo do estado. Deflagrada em um período próximo às eleições estaduais, a "greve dos 400 mil" apresentou uma acirrada competição entre diferentes partidos pela conquista do voto operário. (Silva & Costa, 2001, p. 258)



Fonte: Memorial da democracia

Figura 3 - Greve dos 400 mil. Legenda: "Grevistas fazem passeata na avenida Ipiranga, região central de São Paulo, em outubro de 1957".

Acrescem os autores que se os representantes dos trabalhadores obtinham de modo favorável todas as ações que poderiam fortalecer a greve, isso não resultou em cooptação e adesão à "demagogia populista", pois eles se encontravam cômicos do papel que cumpriam no ambiente político e procuravam fazer prevalecer seus interesses. A responsabilidade atribuída pelos trabalhadores às colisões eleitorais não foi ignorada por eles "na luta contra o despotismo empresarial e a repressão policial". (Silva & Costa, 2001, p. 259)

Atitude frequente que constitui outro aspecto importante de ser analisado são os piquetes praticados nas ocasiões de greve. Sobre eles, desenharam os referidos autores:

Os piquetes foram um importante instrumento de organização e comunicação entre os grevistas contra os abusos patronais [...]. Os grandes piquetes, reunindo milhares de grevistas, levaram o conflito para as ruas dos bairros, angariavam adesões entre a população, funcionavam como meio de defesa contra ataques policiais e represálias dos patrões, reforçavam redes de solidariedade e de identidade de classe. Em síntese, ao contrário de refletir fragilidade, os piquetes foram uma demonstração de unidade e força dos trabalhadores, revelando a presença de delegados sindicais, comitês e células nas fábricas, bem como a experiência de articulações entre local de moradia e de trabalho. (Silva & Costa, 2001, p. 261 e 262)

Outras estudiosas do tema movimento operário e sindical, Elina G. da Fonte Pessanha e Regina Lúcia M. Morel, realizaram estudos empíricos sobre a atuação sindical de duas categorias de trabalhadores do Rio de Janeiro - os operários navais e os da indústria siderúrgica - que, segundo elas, foram bastante expressivas quanto à experiência sindical no referido período. Esclarecem que, ainda que constituam duas tradições diversas do sindicalismo fluminense - os operários navais, enquanto sindicalismo "pioneiro" da Primeira República; e os trabalhadores da siderurgia, a fase posterior de um sindicalismo conectado ao Estado -, ambos constituíram robusta base de apoio de consecutivos governos e representantes do sindicalismo corporativista. (Pessanha & Morel, 2001)

Constatam e descrevem as referidas autoras que os trabalhadores exigiam, se aparelhavam, realizavam greves até mesmo contra o próprio "Estado-patrão" dos estaleiros públicos, conforme pode ser observado nas ações na grande greve de 1953 dos marítimos, que reivindicava a extensão dos direitos concedidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, concernentes à carreira, à ascensão, à estabilidade, às férias, às licenças por exemplo, aos trabalhadores navais e autarquias. (Pessanha & Morel, 2001, p. 289)

A respeito dessa greve, que se iniciara em junho, relatam as autoras, um dia após a reforma ministerial do governo que levou João Goulart ao Ministério do Trabalho, tendo sido marcada expressivamente pela organização, capacidade de politização do movimento, e pela "solidariedade horizontal" entre funcionários públicos e empregados privados. Os grevistas anotavam, em um memorial em que constavam 25 itens, ao lado de reivindicações específicas dos segmentos envolvidos, desde a defesa de uma Marinha Mercante legitimamente nacional (primeiro item da pauta) até questões como alimentação mais balanceada nas empresas, regulamentação do trabalho a bordo, adoção da semana inglesa do

trabalho, pagamento de adicional de insalubridade, incluindo, também, firmas posições quanto à concessão de um abono de emergência para os empregados das empresas privadas do setor. (Pessanha & Morel, 2001, p. 289-290)

Enquanto, de certo modo, as reivindicações específicas se expressassem mais livremente quanto ao trabalho combinado de conselhos e sindicato, sob outra ótica, pareciam impedir excessiva fragmentação de interesses, prejudicando a solidariedade de classe. Por meio dos conselhos, reivindicações setoriais foram encaminhadas e atendidas em grande número após haver pressão direta sobre os patrões, quando necessário, com a interferência do sindicato, respondendo imediatamente aos problemas do dia a dia das fábricas (Pessanha & Morel, 2001)

Estudando os resultados das lutas pela reestruturação da carreira e pelo aumento da taxa de insalubridade, as autoras encontram que estes foram "bons exemplos da perspectiva abrangente e unificadora que os operários tinham de sua categoria". Quanto à carreira, defendiam a correspondência salarial entre cargos iguais, para profissões diferentes, eis que as empresas e o governo tentavam separar as carreiras com base na hierarquia de critérios técnicos, declarando a qualificação superior estabelecida para algumas profissões. (Pessanha & Morel, 2001, p. 293)

Apresentando-se como um período de muitas conquistas para os marítimos e os operários navais, o período também marcou a constituição do núcleo do sindicalismo nacional, formado pela atuação daqueles trabalhadores com outros de setores como de ferrovias, siderúrgicas e refinarias de petróleo. Dessa maneira [...],

[...] Ligados a setores do Estado através da estrutura sindical corporativa, e desempenhando um papel importante nas articulações políticas da época, essa vanguarda dos "trabalhadores do Brasil" ampliava pouco a pouco os limites de sua cidadania e a do proletariado em expansão." (Pessanha & Morel, 2001, p. 295)

As autoras esclarecem que o Sindicato dos Metalúrgicos, embora estivesse inicialmente marcado pelo atrelamento direto ao Estado e à empresa, conquistou um papel de destaque por parte dos operários por atuar como interlocutor entre os trabalhadores e a companhia e a prefeitura da cidade, levando as reivindicações e colaborando com as definições de práticas fabris e urbanas. (Pessanha & Morel, 2001)

Comenta-se que as reivindicações do sindicalismo desse período caracterizam-se como tão-somente salariais, ainda que com conotação nitidamente

política, e, ou distantes do espaço fabril. Mas, ao estudar as pautas de reivindicações do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, observa-se que não abordavam apenas aquisições salariais, na pauta apresentada à companhia em 1957, mas outras questões também relacionadas à organização e às condições de trabalho. Incluía, ainda, reclamações inerentes à reestruturação dos quadros de alguns departamentos, exigência de pagamento adicional a servidores expostos a periculosidade, retribuição justa em situação de mudança de função - fonte de conflitos no espaço da usina. Quando não foi possível o acordo, houve dissídio. Mas, em 1957, entre outras aquisições, os trabalhadores conquistaram, por fim, o direito ao intervalo para refeições pelo qual lutavam desde 1952. (Pessanha & Morel, 2001)

As autoras comentam que alguns estudos sobre o sindicalismo desse período afirmaram que a orientação reformista, presente, constantemente, nos setores tradicionais e no setor público, reforçaria a estrutura sindical corporativista, à proporção que os sindicatos se aproximassem do Estado. A defesa do nacionalismo e do empreendimento estatal faria com que, muitas vezes, em empresas públicas, a posição dos sindicatos se assemelhasse à das diretorias empresariais. O caráter estatal da Companhia Siderúrgica Nacional CSN, por certo, foi determinante das contradições e ambiguidades encontradas na atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda; mesmo as diretorias e militantes mais agressivos se identificavam grandemente com a empresa. Entretanto, o caráter contraditório desse processo, ao buscar a mobilização das massas urbanas, por vezes, alcançou reflexos imprevistos. Desse modo [...]

[...] Volta Redonda era vista como símbolo da "emancipação nacional", mas era também apontada como símbolo da conquista de direitos e valorização do trabalhador. Assim, se em situações de crise, quanto a CSN parecia ameaçada por interesses estrangeiros, lideranças sindicais não relutavam em apoiar a diretoria da empresa, isso não impedia que lutas por melhores condições de trabalho fossem encaminhadas. No momento em que o governo parecia mais permeável às demandas dos trabalhadores, estes também procurariam reverter a seu favor a mística que cercava a empresa; em momentos de confronto com as diretorias da empresa, não hesitavam em recorrer a outras instâncias do Estado em busca de apoio na defesa de seus interesses. (Pessanha & Morel, 2001, p. 306 e 307)

Constata-se, portanto, que as análises nesta seção deste estudo são representativas das experiências da classe trabalhadora no período estudado. Essas direções conjecturam a constituição de atores coletivos com diferentes tradições, colaborando para recusar as teses clássicas do conceito de populismo.

4.2.3

O sistema partidário-eleitoral

Considerando-se o sistema partidário da época, é mister referenciar o trabalho de Gláucio Ary Dillon Soares, *A democracia interrompida* (2001), e ao trabalho de Antonio Lavareda, *A democracia nas urnas*" (2012), haja vista o apoio desses autores em evidências empíricas.

Durante duas décadas o período estudado revelou um sistema partidário que, mesmo não realizando a sua completa institucionalização, apreendia o monopólio da representação e era competidor em todos os níveis. (Lavareda, 2012).

Análises sobre esse sistema partidário brasileiro, especialmente quanto ao aspecto eleitoral, demonstram que houve forte limitação proveniente da interpretação de dados restritos a umas poucas categorias de disputas, o que não permitiu abordar inúmeros aspectos de um sistema bem complexo. (Lavareda, 2012)

No entanto, há de se evidenciar que "Politicamente, o período democrático começou carregando um fardo pesado. Trazia uma herança de 15 anos de ditadura, sem nunca ter tido uma política com participação ampliada". (Soares, 2001, p. 313)

De acordo com Antonio Lavareda (2012):

[...] era marcadamente diferenciado tanto dos sistemas que o antecederam - como o bipartidarismo do Segundo Império, o sistema de partidos únicos estaduais da República Velha ou, ainda, o do período de representação mista (partidária, corporativa e avulsa) da década de 30 - quanto dos que vieram após, a exemplo do bipartidarismo (inicialmente autorizado e posteriormente plebiscitário), do autoritarismo militar e, naturalmente, do recente e caótico leque partidário da Nova República. (Lavareda, 2012, p. 20)

Cerca de vinte anos foi o tempo em que se desenvolveu a experiência democrática no Brasil, entre 1945 e 1964, sopesando-se a supressão dos analfabetos e dos partidos comunistas, interrompidos por um golpe de Estado que adentraria um duradouro regime autoritário. (Lavareda, 2012)

Para Gláucio Ary Dillon Soares (2001),

O período democrático 1945-64 teve muitos partidos²⁹. Três deles - PSD, UDN e PTB - foram eleitoral e politicamente significativos durante todo o período, e um, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), obteve votação substancial nas eleições de 1945 e 1947, mas depois disso teve o seu registro cassado e não pôde mais funcionar legalmente. Continuou existindo, como organização política, na ilegalidade, apresentando candidatos sob outras legendas partidárias. Outros partidos chegaram a ter alguma significação eleitoral. O PSP, associado à figura de Ademar de Barros, ex-interventor e governador de São Paulo, duas vezes candidato à presidência da República, subiu e desceu com a importância do seu líder. No final do período, vinha em franco declínio. O PDC, ao contrário, cresceu, apresentando-se como uma alternativa ideologicamente mais consistente e menos reacionária do que a UDN, particularmente nos estados mais urbanizados. (Soares, 2001, p. 86)

O PR e o PL eram partidos com história, com o PL voltando em torno da implantação do parlamentarismo e da figura de Raul Pilla, embora permanecessem pequenos e regionais. O PRP, significativamente ideológico, concebendo a extrema direita brasileira, não alcançou no plano eleitoral o grande valor que continha no ideológico. (Soares, 2001)

Considera-se como resultado máximo do período a ampliação da cidadania - especialmente o direito de votar e, de modo teórico, o direito de ser eleito concedido legalmente à classe trabalhadora e às classes médias baixas. No entanto, a condição socialmente reacionária da alfabetização desconsiderou o processo eleitoral elemento significativo da população do país. Lado outro, a abertura política e o surgimento da democracia ocasionaram, por si só, grande crescimento no número de eleitores registrados, visto que passou de 1,5 milhão em 1933, para 7,5 milhões em 1945. Esse aumento não se ateve à abertura inicial, ao ânimo exaltado peculiar a muitas campanhas, a cidadania continuou sendo perseguida pelo ideário brasileiro sob vários aspectos, a exemplo do alistamento eleitoral, que aumentou dos referidos 7,5 milhões em 1945, para 18,5 milhões em 1962. Um crescimento vertiginoso, posto que o contingente de 1962 era duas vezes e meia o de 1945 e mais de 12 vezes o de 1933 (Tabela 1). O total de votos verificados nas eleições presidenciais dobrou

²⁹ Partidos políticos que disputaram regularmente nas urnas nos âmbitos federal, estadual e municipal: PR, Partido Republicano; PSD, Partido Social Democrático; PTB, Partido Trabalhista Brasileiro; PSP, Partido Social Progressista; UDN, União Democrática Nacional; PL, Partido Libertador; PAN, Partido Agrário Nacional; PDC, Partido Democrático Cristão; PTN, Partido Trabalhista Nacional; PRP, Partido de Representação Popular; PCB, Partido Comunista Brasileiro; MTR, Movimento Trabalhista Renovador; PST, Partido Social Trabalhista; PRT, Partido Republicano Trabalhista; PSB, Partido Socialista Brasileiro; PSP, Partido Social Progressista). (Lavareda, 2012, p. 20)

no período democrático, indo de quase 6 milhões para 12 milhões. (Soares, 2001, p. 313)

Estudos voltados à apreciação da institucionalização partidária nem sempre considera o crescimento do eleitorado. De acordo com Soares, o voto pode ser uma das principais maneiras de os eleitores criarem vínculos com um partido. Eleitorado que cresce de modo acelerado agrupa novos eleitores que votam pela primeira vez. Conforme mostrado na Tabela 1, em 1945, foram 6,2 milhões de eleitores; 17 anos mais tarde, o número de votantes chegou a 14,7 milhões. (Soares, 2001, p. 313)

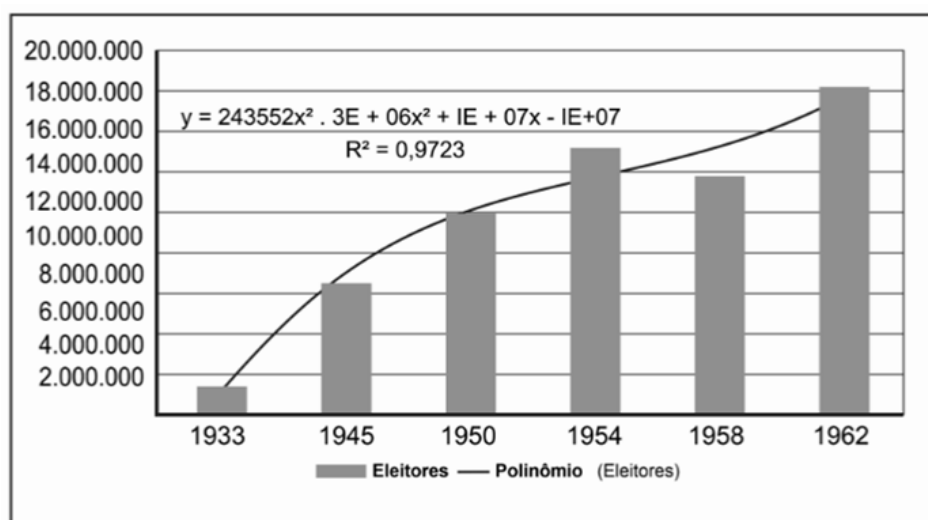
Tabela 1 - Número de votantes e seu crescimento, Brasil, 1945-62

Ano	Votantes	Crescimento absoluto	Crescimento percentual
1945	6.200,805		
1950	8.254,899	2.054,084	25
1954	9.890,475	1.635,576	20
1958	12.678,997	2.788,522	28
1962	14.747,221	2.068,224	16

Fonte: Soares (2001, p. 314)

Considerando-se a condição de alfabetização, para se obter o direito de votar, Soares (2001) explica que entre metade e $\frac{2}{3}$ da população brasileira eram impedidos de votar nas primeiras eleições. No entanto, com a expansão educacional, no final do período em destaque, a supressão política social encontrava-se entre $\frac{1}{3}$ e metade da população, sugerindo que mesmo permanecendo a cláusula de exclusão, porcentagem da população adulta analfabeta decrescia no Brasil (Figura 4).

O valor do voto, apregoando na cultura brasileira que votar era atitude positiva e direito a acesso a vários setores constituiu em outro impacto positivo para a democracia. (Soares, 2001)



Fonte: Soares (2001, p. 316)

Figura 4 - Número de eleitores no Brasil - 1933 -1962

Em suas pesquisas, Antonio Lavareda (2012) propôs realizar o reexame das teses clássicas³⁰ referenciadas sobre o tema, investigando a maior quantidade de dados disponíveis sobre os descritores do sistema partidário-eleitoral brasileiro e chegou a conclusões objetivas. A hipótese do estudo sobre esse sistema, na fase já próxima de seu final, caracteriza-o como sendo bastante complexo, em fase de estabilização, heterogêneo, com sérias dificuldades, sobretudo no âmbito da legislação eleitoral e partidária, sendo os sinais de institucionalização muito mais expressivos. (Lavareda, 2012)

O curto período de existência de quase todos os partidos e a ausência geral de raízes históricas demarcavam limitação importante para que, em menos de vinte anos, fossem capazes de revelar conexões de maior constância entre partidos e eleitores. Nesse contexto, os índices encontrados foram muito "satisfatórios", segundo Lavareda (2012, p. 189).

A moldagem legal-institucional desempenhava papéis contraditórios sobre o sistema partidário-eleitoral. Certamente, a correção de alguns de seus elementos, a exemplo do veto aos partidos ideológicos, da proporcionalidade com listas abertas nas

³⁰ Principais teses: primeiro grupo composto por Carvalho, Sousa e Schwartzam - relatou que o sistema partidário-eleitoral brasileiro daquela época passou por um processo de "desestruturação" ou "desinstitucionalização"; segundo grupo composto por Vega-Palacin, Jaguaribe e Peterson - identificou "formatos" do sistema para a "bipolarização" ou para o crescimento de "partidos dominantes"; por fim, o terceiro grupo composto por Soares, Campello de Souza e Lima Júnior - identificou que o sistema partidário-eleitoral brasileiro daquela época passou por um "realinhamento partidário", com o declínio de partidos "tradicionais", como a UDN e o PSD e o crescimento do PTB. (Lavareda, 2012)

eleições legislativas (tal como ocorre hoje), agravada pela possibilidade das coalizões nessas disputas, das eleições de vices desvinculadas dos titulares, que introduziam no sistema político como um todo um altíssimo nível de irracionalidade - como a renúncia de Jânio Quadros se ocupou em demonstrar -, era um requisito indispensável para apressar a consolidação do sistema e recuperar a fissura descrita no que concerne à representação à Câmara dos Deputados. Não obstante, outros elementos nessa moldura desempenhavam um papel positivo, como o monopólio partidário da representação e as eleições majoritárias, principalmente as nacionais, que cumpriam o papel de nacionalizar a política, emprestando grande visibilidade às principais siglas envolvidas nessas disputas e ajudando a superar as limitações postas pelo modelo federativo. (Lavareda, 2012, p. 189 e 190)

Caracterizadas as influências contextuais, percebeu-se que identificando-se os eleitores com os partidos, as observações contribuíram para admitir, nessa dimensão, a "hipótese da consolidação daquele sistema". Nesse sentido, as pesquisas realizadas pelo Ibope, nas vésperas do golpe militar, no apogeu da crise política, demonstram que "grande parte (64%) do eleitorado das grandes cidades manifestava adesão a partidos". Percebeu-se, também, que esse número parece elevado sob todo parâmetro, até mesmo em abordagem comparativa. (Lavareda, 2012, p. 190)

Depois de se considerar uma série histórica desses dados, constata-se que o montante agregado de "Identificação Partidária" se elevava em diversas áreas. Por certo, mesmo não havendo dados satisfatórios para assegurar isso, de modo definitivo, conforme explica Antonio Lavareda, essa informação volta a confirmar as considerações sobre "a complexidade e não linearidade dos processos reunidos naquele, como, de resto, em qualquer sistema partidário". (Lavareda, 2012, p. 190)

Ao se examinarem os dados de amostras relacionadas a algumas cidades, coletados por ocasião das eleições de 1955 e 1960, observou-se que havia elevada harmonia entre a identificação e o voto, pelo menos nas eleições presidenciais. E a orientação partidária na definição das chapas pelos eleitores (presidente e vice-presidente), mesmo sem atrelamento obrigatório, transcorria de modo "satisfatório". (Lavareda, 2012, p. 190). Ademais, nos estudos,

[...] comprovou-se que não havia um cenário de acirramento dos conflitos ideológicos entre os eleitores que por si só empurrasse o sistema para a bipolarização. As pesquisas de opinião realizadas entre 1963 e 1964 comprovam que a maioria do eleitorado se situava no centro do espectro ideológico. Centro naturalmente ambíguo. Que não era imobilista, ao contrário, endossava várias das reformas preconizadas pelo presidente Goulart. Profundamente anticomunista, contudo, essa maioria foi, por essa via, facilmente manipulada pelo marketing do golpe militar em 1964. Nessa área centrista, havia um *overlapping* dos principais

partidos que convivia com a razoável diferenciação social das respectivas bases. Sob a ótica das atitudes do eleitorado não ocorria, portanto, um esvaziamento do centro que antecipasse a ruína do sistema. A radicalização era uma nítida opção estratégica de setores das elites, à esquerda e à direita, desinteressados da manutenção da institucionalidade democrática. O eleitor comum não tinha, rigorosamente, nenhuma responsabilidade nesse processo. (Lavareda, 2012, p. 190)

Quanto ao contexto da abstenção eleitoral "tomado como um indicador-chave tanto da falência do sistema político-partidário quanto da necessidade de sua reformulação" (Soares, 2001, p. 315), Antonio Lavareda (2012) verificou no seu estudo que o aumento da porcentagem de votos em branco e nulos nas eleições averiguava-se de modo expressivo em apenas algumas categorias eleitorais - pleitos à Câmara dos Deputados e aos cargos de vice-governadores - demonstrando mais uma perda da visão da importância concernente a esses espaços institucionais do que uma rejeição ao sistema político na sua totalidade, ou, de modo especial, ao sistema partidário. (Lavareda, 2012)

Diante de todo o exposto, os estudos desses dois autores permitem um diagnóstico acerca do sistema partidário-eleitoral brasileiro no período de 1946 a 1964, contribuindo, em conjunto com as análises dos temas dos subtópicos anteriores, para a problematização do uso do conceito de populismo para definir essa época, assim como para mostrar que o que houve foi a vigência de um processo democrático que, ao final do período, fora interrompido pelo golpe militar.

Conclusão

O período brasileiro compreendido entre 1946 a 1964 foi tradicionalmente denominado pela literatura brasileira como um período populista, com versões que desqualificam a primeira experiência democrática do país e que foram fortemente internalizadas na sociedade.

Todavia, diante das recentes dúvidas na historiografia, quanto à interpretação que foi feita do processo político nessa quadra histórica, formulou-se a hipótese de que a crítica da ideia de populismo é uma condição para se pensar a primeira experiência democrática brasileira. Uma vez formulada essa hipótese, pretendeu-se, com o estudo apresentado nesta dissertação, apresentar uma reflexão crítica da literatura sobre o que se chamou de populismo no Brasil, sem se prender a discussões sobre o conceito de populismo propriamente.

Assim, para atingir tal intento, realizou-se um mapeamento da trajetória social e acadêmica do conceito de populismo, apresentando as formulações de alguns historiadores que participam da problematização do uso desse conceito no demarcado período histórico do país.

Desse modo, observou-se que o conceito de populismo foi utilizado pela literatura, entre os anos 50 e 70, como uma "teoria" ou "chave explicativa" da política latino-americana. Tradicionalmente, o uso do termo abarcou elementos negativos, como relação direta entre o líder carismático e a massa, sem intermediação institucional; predominância da manipulação e da demagogia; ignorância popular, bem como passividade das classes trabalhadoras.

Em meio às leituras realizadas na esfera das ciências sociais latino-americanas que se utilizam do termo populismo, evidenciaram-se as interpretações de Gino Germani e Torcuato di Tella, em que o populismo foi considerado uma fase do desenvolvimento histórico-estrutural da América Latina.

Nos estudos de Germani e di Tella, observou-se que esses autores analisaram as particularidades do desenvolvimento latino-americano em comparação com os

modelos clássicos de desenvolvimento capitalista para, assim, tentarem esclarecer o motivo do surgimento de regimes populistas no lugar de democracias liberais.

Desse modo, para esses autores, o populismo teria sido uma fase de desenvolvimento político pela qual passariam os países latino-americanos, e que, nessa condição, viabilizaria o surgimento de setores que não conseguiram realizar organização e ideologia autônomas. Assim, chegaram à conclusão de que apenas uma ideologia menos “populista” e mais “classista”, de modo semelhante ao modelo político das classes operárias nos países europeus, corresponderia à etapa de um desenvolvimento mais amplo desses países.

Ato contínuo, nos limites deste trabalho, abordaram-se, resumidamente, as formulações centrais de Ernesto Laclau. O objetivo foi mostrar ao leitor que existem estudos do fenômeno do populismo, além da ótica pejorativa tradicionalmente adotada pela literatura, tanto nacional quanto estrangeira. Relatou-se que Laclau propôs uma abordagem do populismo além dos termos de anormalidade, desvio ou manipulação, realizando uma análise do discurso para refletir sobre o fenômeno do populismo.

Transportando-se a análise para o campo da pesquisa no Brasil, observou-se que, a partir de 1950, as primeiras formulações negativas sobre o populismo se evidenciaram, tendendo a uma visão de sentido nitidamente pejorativo.

Constatou-se que a ideia do populismo é em grande medida uma ideia preconceituosa, pela direita e por uma certa esquerda. Preconceituosa, pela direita, porque para ela o populismo é qualquer forma de política popular que envolva a ideia de povo/de participação das massas. Desse modo, a visão da direita parte da ideia de que, quanto mais intensa é a presença do povo, mais desqualificada é a política, e há mais manipulação. Já a visão de uma certa esquerda marxista é de que o populismo dissolve as relações de classe, apagando-as numa ideia difusa de povo - isso porque, para essa parte da esquerda, a verdadeira política seria aquela em que os interesses de classe apareceriam de maneira clara e articulada. Assim, em uma chave, o populismo é negativo porque, implica uma extensão da democracia e, portanto, a inclusão do povo despreparado; e, do outro lado, seria uma falsa democracia porque não leva em conta a estruturação das classes.

Outrossim, foram selecionadas para este trabalho as obras *O colapso do populismo no Brasil* (Ianni, 1978) e *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978), considerando-se os autores Octavio Ianni e Francisco Weffort grandes

difusores do uso do termo populismo no país. Esclareceu-se que toda essa produção foi concretizada em um contexto de crise dos estudos sociais e políticos no país, diante da busca por uma explicação do golpe de 1964.

Realizando-se um quadro comparativo entre esses dois autores, destacaram-se como proposições centrais dos estudos de Ianni o populismo como uma política de massas específica de uma etapa de transformações econômico-sociais e políticas no Brasil, em que as massas populares eram formadas e organizadas em termos de atividade política do proletariado, mas sem fundamentação em diretrizes e posições políticas autenticamente proletárias.

Em relação às proposições centrais dos estudos de Weffort, destacou-se o conceito de populismo formado a partir da análise do período brasileiro de 1930 a 1964, em que Weffort relatou uma crise da hegemonia das velhas elites agrárias, uma incapacidade de a burguesia ocupar esse lugar das velhas elites, e o Estado adquirindo autonomia e legitimando-se a partir do apoio das massas populares. Para Weffort, as massas populares eram destituídas de auto-organização e de consciência de classe, assim como um "parceiro-fantasma" na política. Esse historiador ainda denominou como duplo paradoxo do populismo o fato de os grupos dominantes promoverem a participação dos dominados e cujas massas serviam de arrimo para o regime populista.

Além disso, a título de pontos em comum, os autores foram descritos como influenciados pelos estudos marxistas e funcionalistas, interpretando o populismo como um modelo desviante da política. Apontou-se que Ianni e Weffort explicaram o populismo sob a ótica das transformações do sistema social e econômico, analisando a crise que levou à passagem da sociedade rural de economia primário-exportadora para a sociedade urbana de economia burguesa e industrial.

Ademais, esses autores utilizaram as experiências europeias como modelo de comparação social, político e econômico, avaliando, assim, a América Latina de forma depreciativa. Acresce-se que entenderam que as classes trabalhadoras ou "subalternas" surgiram como destituídas de "auto-organização" ou "consciência de classe", e isso as tornava "heterônomas" e disponíveis à incorporação "pelo alto".

Críticas de autores como Daniel Aarão e Jorge Ferreira foram lançadas às formulações de Octavio Ianni e Francisco Weffort, apontando que estes autores (Ianni e Weffort) eliminaram as tradições políticas populares constituídas no período analisado, não analisando as contradições das classes; trataram personagem

com tradições e práticas políticas distintas de maneira indiferenciada, retirando as especificidades e a própria historicidade dos projetos.

Basicamente, o período foi explicado como manipulação e demagogia dos líderes, combinadas com o desconhecimento, ignorância e atraso das massas, mas essa explicação não se encontra apenas nos estudos de Ianni e Weffort. As forças políticas apoiadoras do golpe de Estado e ancoradoras da ditadura, a imprensa, os intelectuais, a direita e a esquerda, todos trabalharam no sentido de consolidar a formação da imagem negativa que passaria a habitar o imaginário acadêmico brasileiro.

Todavia, esta pesquisa perfilhou-se do pensamento crítico mais recente sobre o assunto e, assim, não se limitando a apenas apresentar as principais formulações clássicas sobre a utilização do conceito de populismo, para caracterizar o período político brasileiro compreendido entre 1946 a 1964, apresentou uma releitura da referida época, procedendo-se à seleção de autores e elementos pontuais sobre este tema para desacreditar determinadas premissas do populismo na política brasileira.

Assim, apresentou-se o movimento queremista, diferentemente do que foi classicamente tratado, isto é, diferente de um movimento de ignorantes destituídos de uma cultura política própria e que apenas idolatravam o ditador.

O movimento queremista foi apresentado nesta dissertação como um movimento que surgiu no cenário político da transição democrática, formando um movimento de protesto dos trabalhadores, atemorizados pela possibilidade de perderem a cidadania social em fruto da conquista das lutas travadas na década anterior.

Queremistas comprometidos com a democracia compeliram a luta pelos direitos de cidadania política dos trabalhadores. Perceberam que era necessário assegurar os direitos sociais já obtidos pela legislação trabalhista e, assim, manifestaram-se a favor de as leis sociais serem escritas na Constituição. Constatou-se a relevância do acontecimento em relação à proporção política alcançada pelas mobilizações queremistas.

Em sequência, foram realizadas análises sobre a participação dos trabalhadores, afastando-se dos modelos teóricos clássicos em que os trabalhadores eram vistos meramente como dependentes e manipulados. Neste ponto, estudos críticos de uma nova produção acadêmica foram utilizados para mostrar uma classe

trabalhadora, atuando com ações expressivas no período, constituindo atores coletivos com diferentes tradições.

A Greve dos 300 Mil apontou que o apreço dedicado a Vargas não era incondicional diante da insatisfação dos trabalhadores com as perdas salariais. Da mesma forma, a Greve dos 400 Mil que, lutando os trabalhadores contra o despotismo empresarial e a repressão policial, não resultou em cooptação e adesão à "demagogia populista".

Os piquetes se mostraram um importante instrumento de organização e comunicação entre os grevistas contra os abusos patronais; eis que reuniam milhares de grevistas e reforçavam redes de solidariedade e de identidade de classe.

Além disso, os estudos empíricos das autoras Elina G. da Fonte Pessanha e Regina Lúcia M. Morel sobre a atuação sindical de duas categorias de trabalhadores do Rio de Janeiro - os operários navais e os da indústria siderúrgica - mostraram os trabalhadores exigindo, realizando greves, sendo bastante expressivos quanto à experiência sindical no referido período.

O último elemento analisado foi o sistema partidário-eleitoral do período, em que se destacou o crescimento do eleitorado e do número de partidos. A identificação partidária elevada em diversas áreas, assim como o valor do voto apregoado na cultura brasileira foram outros pontos positivos.

Diante de todo o exposto, ao reconstituir o período de 1946 a 1964, constatou-se que o paradigma do populismo estava empenhado em uma literatura negativa do período.

Desse modo, ao abandonar a chave negativa do populismo, encontraram-se sujeitos sociais que eram capazes de agir, implementar iniciativas próprias; um processo crescente de conscientização da população brasileira; criação de partidos que tinham uma consistência social muito grande (o PTB do lado da esquerda, a UDN ao lado da direita) pois exprimiam perfil, programa e interesses sociais claramente ligados a eles.

A democracia estava sendo construída, estava sendo ampliada a cada conquista. Houve, sim, a vigência de um processo democrático com os seus limites e contradições, mas que, prematuramente, foi interrompido pelo golpe militar. Cumpru-se, pois, o objetivo desta dissertação de comprovar isso.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOTELHO, João Carlos Amoroso. A aplicação do conceito de populismo à América Latina: pela necessidade de classificar, e não desqualificar. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.7, n. 1/ 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e revisões historiográficas. **Dossiê História Política: problemas e estudos**. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 11-13, jul. 2016

CARDOSO, FH e FALLETO, E. 1970. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 236 p.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e Populismo**: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DILUAR, Mariana Guéleri. **A complexidade do conceito de populismo: o populismo clássico latino-americano os debates atuais sobre o conceito**. Araraquara, 2020. 101 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara).

di TELLA, Torcuato S. Populismo y reformismo. IN: GERMANI, Gino; di TELLA, Torcuato S; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. Ediciones Era, 1973.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. Do populismo "clássico" ao neopopulismo: trajetória e crítica de um conceito. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: v. 7 n. 13 – UFGD – Dourados, jan/jun - 2013.

FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. Coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: Nunes, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo. **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados**. Imprensa da Universidade de Coimbra: FGV Editora, p. 147-181, 2013.

FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

FUNES, Patrícia. **História mínima de las ideas políticas en América Latina**. Madrid: Turner publicaciones, 2014.

GERMANI, Gino. Democracia representativa y classes populares. IN: GERMANI, Gino; di TELLA, Torcuato S; IANNI, Octavio. **Populismo y contradicciones de clase en Latinoamérica**. Ediciones Era, 1973.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KAYSEL, André. Marxismo e populismo na América Latina: notas sobre um desentendimento. In: 36º Congresso da ANPOCS, 2012, Águas de Lindóia. **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**, de 21 a 25 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia - SP., 2012.

KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 35, n. 104, 2020.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. Populismo: ¿qué nos disse el nombre? In: PANIZZA, F. (org.). **El populismo como espejo de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 51-70.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964**. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Revan, 2012.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. Apresentação IN LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. Tradutor Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina Lúcia M. **Classe trabalhadora e populismo**: reflexões a partir de duas trajetórias sindicais no Rio de Janeiro. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, J. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.